



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

RAFAEL ALVES DE SENA

**A DIVULGAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM
BANCOS DO SEGMENTO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS: um
estudo com base nas recomendações do Comitê da Basileia**

Brasília – DF

2020

RAFAEL ALVES DE SENA

**A DIVULGAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM BANCOS DO
SEGMENTO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS: um estudo com base nas
recomendações do Comitê da Basileia**

Monografia apresentada ao
Departamento de Administração como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Dr. Carlos André de
Melo Alves

Brasília – DF

2020

RAFAEL ALVES DE SENA

**A DIVULGAÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA EM BANCOS DO
SEGMENTO DE AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS: um estudo com base nas
recomendações do Comitê da Basileia**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de
Administração da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Rafael Alves de Sena

Dr. Carlos André de Melo Alves
Professor-Orientador

Dr, Evaldo César Cavalcante Rodrigues
Professor-Examinador

Dr, Rafael Rabelo Nunes
Professor-Examinador

Brasília, 16 de junho de 2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida. A minha família por todo o suporte dado durante a graduação. A minha namorada, por ser minha companheira de vida e me apoiar desde a entrada na UnB. Ao meu orientador pela paciência, dedicação e disponibilidade. Aos meus amigos que sempre torceram pelo meu progresso. E por fim a UnB que me proporcionou muitas emoções, aprendizado, desenvolvimento pessoal e profissional.

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi investigar o nível de divulgação da governança corporativa de bancos do segmento de aquisição de veículos, com base em Recomendações do Comitê da Basileia. Trata-se de estudo descritivo, com abordagem qualitativa e quantitativa. A população abrange bancos presentes no Relatório de taxa de juros na modalidade de aquisição de veículos para pessoa física do Banco Central do Brasil. A amostra não probabilística de 23 bancos foi obtida com base na acessibilidade aos dados na data base de junho de 2019. Os dados foram coletados nas juntas comerciais onde o banco tem sede, no site eletrônico de Relacionamento com Investidores (RI) de cada banco, caso disponível, e no relatório IF.Data do Banco Central. O tratamento dos dados emprega a análise de conteúdo e tem como base um quadro com 40 subcategorias associadas a 9 categorias baseadas nos princípios do Comitê da Basileia contidos no documento '*Corporate Governance principles for banks*'. Para a análise dos dados emprega-se a estatística descritiva e a estatística inferencial, com uso dos testes Q de Cochran, Qui-quadrado, Shapiro-Wilk, Correlação de Pearson e Correlação de Spearman. Após a análise de 832 subcategorias, os resultados indicaram, considerando as subcategorias aplicáveis ao estudo, que o nível de divulgação da governança corporativa dos bancos do segmento de aquisição de veículos apresentou um percentual médio de subcategorias presentes de 62,26%. Tal percentual não se distribuiu uniformemente entre as subcategorias e as categorias. Em adição, o percentual de subcategorias presentes na documentação de bancos com controle nacional (71,71%) superou o percentual de presença de bancos com controle estrangeiro (53,19%). Em complemento, verificou-se relação significativa e positiva entre o percentual de subcategorias presentes e o porte, mas não houve relação significativa entre o percentual de subcategorias presentes e a taxa de juros praticada pelos bancos da amostra. Os resultados podem contribuir para que acionistas, acadêmicos e demais partes interessadas possam identificar similaridades ou distinções no nível de divulgação da governança corporativa das entidades analisadas, considerando, inclusive, o porte e tipo de controle de bancos que realizam operações de financiamento de veículos no País.

Palavras-chave: Governança corporativa. Recomendações do Comitê da Basileia. Bancos. Aquisição de veículos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Stakeholders.....	7
Figura 2	Estrutura do sistema de governança corporativa.	8

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conflitos de interesses.....	6
Quadro 2 - Comitês do Conselho.....	14
Quadro 3 - Quadro de Análise do nível de divulgação de Governança Corporativa.	16

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Amostra de bancos do segmento de veículos.	19
Tabela 2	Subcategorias associadas à categoria ‘Conselho de Administração’.....	22
Tabela 3	Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Conselho de Administração’.....	22
Tabela 4	Subcategorias associadas à categoria ‘Diretoria’.....	23
Tabela 5	Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Diretoria’. ..	23
Tabela 6	Subcategorias associadas à categoria ‘Estrutura de propriedade’.....	24
Tabela 7	Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Estrutura de propriedade’.....	24
Tabela 8	Subcategorias associadas à categoria ‘Estrutura organizacional’.....	25
Tabela 9	Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Estrutura organizacional’.....	26
Tabela 10	Subcategorias associadas à categoria ‘Incentivos’.	26
Tabela 11	Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Incentivos’. ..	27
Tabela 12	Subcategorias associadas à categoria ‘Código de Conduta’.....	27
Tabela 13	Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Código de Conduta’.....	28
Tabela 14	Subcategorias associadas à categoria ‘Empresas ligadas e partes relacionadas’.....	29
Tabela 15	Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Empresas ligadas e partes relacionadas’.....	29
Tabela 16	Subcategorias associadas à categoria ‘Riscos’.	30
Tabela 17	Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Riscos’.	30
Tabela 18	Subcategorias associadas à categoria ‘Outras informações’.....	31
Tabela 19	Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Outras informações’	31
Tabela 20	Frequências e Testes Qui-Quadrado – Divulgação por Categoria.....	32
Tabela 21	Divulgação de subcategorias por banco ¹	33
Tabela 22	Análise descritiva - divulgação de subcategorias por Bancos.	34
Tabela 23	Resultados do Teste Shapiro-Wilk – P (%) – Percentual de Presença de subcategorias.....	34

Tabela 24	Frequências e Testes Qui-Quadrado – Divulgação por Tipo de Controle.	35
Tabela 25	Análise descritiva – Porte.	36
Tabela 26	Resultados do Teste Shapiro-Wilk – Porte.	36
Tabela 27	Correlação de Spearman considerando o percentual de subcategorias presentes e o porte.....	37
Tabela 28	Análise descritiva – Taxa de juros ¹	38
Tabela 29	Resultados do Teste Shapiro-Wilk - Taxa de Juros a.a.	38
Tabela 30	Correlação de Pearson considerando o P (%) – Percentual de presenças de subcategorias e Taxa de Juros a.a.	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEF	Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras
BCB	Banco Central do Brasil
BCBS	Basel Committee on Banking Supervision
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMPGC	Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa
COPOM	Comitê de Política Monetária
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
IBGC	Instituto Brasileiro Governança Corporativa
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PIB	Produto Interno Bruto
RAS	Risk Appetite Statement
SFN	Sistema Financeiro Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	Contextualização	1
1.2	Formulação do problema.....	2
1.3	Objetivo Geral	3
1.4	Objetivos Específicos.....	3
1.5	Justificativa	3
2	REVISÃO TEÓRICA	5
2.1	Governança Corporativa	5
2.2	Governança Corporativa em Bancos e Recomendações do Comitê da Basileia.....	9
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	17
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa.....	17
3.2	Caracterização do setor do estudo	17
3.3	População e Amostra.....	18
3.4	Procedimentos de coleta e de análise de dados	19
4	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	21
4.1	Análise de categoria e subcategorias	21
4.1.1	Análise por subcategoria.....	21
4.1.2	Análise por categoria.....	32
4.2	Análise por grupo de bancos	33
4.2.1	Análise por tipo de controle.....	35
4.2.2	Análise segundo o porte	36
4.2.3	Análise considerando a taxa de juros dos bancos.....	37
5	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS	43
	APÊNDICE A – Princípios De Governança Corporativa Em Bancos	48
	APÊNDICE B – Testes Estatísticos.....	49
	APÊNDICE C – Normas Relacionadas À Governança Em Bancos	50
	APÊNDICE D – Resultado Da Análise De Conteúdo	51

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O crescimento das corporações e a dispersão do capital no final do século XIX, determinava uma nova ordem para as sociedades anônimas. Neste período, o mundo corporativo passou por mudanças nas forças de gestão e estruturas de poder que culminaram na separação entre a propriedade e a gestão (BERLE; MEANS, 1932; ROSSETTI; ANDRADE, 2019).

Para compatibilizar os interesses de gestores e demais partes interessadas, as empresas passaram a adotar princípios de governança corporativa. Tal prática tem como objetivo administrar conflitos, melhorar a gestão empresarial e aumentar a longevidade organizacional. Considerando o nível de complexidade das instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN), essas são práticas importantes para manter a resistência a crises e para diminuir perdas.

As crises e fraudes em instituições financeiras na década de 1990, como nos casos de Bankers Trust, Credit Lyonnais, Barings, Daiwa, Sumitomo, Nacional, Noroeste, Morgan Grenfell, Santos, Société Générale, Panamericano e escândalos contábeis ocorridos nos anos 2000 em instituições não financeiras, como os casos de Toshiba, Enron, WorldCom, *Tyco*, *HealthSouth*, *American International Group* e *Satyam*, mostraram a necessidade de mecanismos sólidos de governança corporativa e gestão de riscos (COIMBRA, 2011).

Para esse fim, o Comitê da Basileia para Supervisão Bancária (BCBS), organização estabelecida em 1974 na cidade de Basileia, Suíça, reúne-se desde 1988 para discussão e formulação de recomendações para a regulamentação prudencial e cooperação para supervisão bancária internacional (BCB, 2019a).

Além das recomendações, o BCBS divulga princípios com a finalidade de promover a adoção de boas práticas de governança corporativa. Esses princípios modificaram-se durante o tempo e propõem estruturas para que os bancos operem para tomar decisões robustas e transparentes, gerenciar os riscos de maneira eficaz com o foco em manter o sistema financeiro sólido.

O primeiro documento contendo princípios de governança corporativa que foi publicado pelo BCBS foi nomeado como *'Enhancing corporate governance for banking organisations'* (BCBS, 1999). Em 2006 foi publicada a revisão do primeiro documento, mantendo a mesma estrutura. Dada a importância das instituições financeiras na economia e a

crise de 2008, o BCBS publicou em 2010 o documento denominado como ‘*Principles for enhancing corporate governance*’ (BCBS, 2010), com o foco em orientar os supervisores bancários a promover a adoção de melhores práticas com o foco na atuação do conselho de administração. Por fim, houve uma última revisão em 2015 de tais princípios, culminando com a divulgação pelo BCBS do documento ‘*Corporate governance principles for banks*’ (BCBS, 2015), que enfatiza os mecanismos de controle, riscos, conselhos e comitês mais atuantes.

Vale ressaltar que o Brasil integra o BCBS e editou normas por meio do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BCB. A este respeito, a citada Autarquia dispõe sobre o assunto com o foco em “[...] assegurar que a convergência da regulação financeira brasileira para as recomendações do Comitê de Basileia considere as condições estruturais da economia brasileira” (BCB, 2019a, p. 1).

Conforme a apresentado, o estudo sobre governança corporativa em bancos é relevante pelo fato dessas organizações apresentarem diferenças de entidades não financeiras no tocante à divulgação de informações (CAPRIO; LEVINE, 2002). Vale complementar, ainda, ser possível estudar características da governança corporativa em bancos com foco em nichos de atuação específicos, como aqueles bancos que ofertam crédito para a aquisição de veículos, por exemplo.

1.2 Formulação do problema

A evolução na concessão de crédito para aquisição de veículos, segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN, 2019), fez com que ocorresse um crescimento de 33,00% na comercialização de veículos em comparação com o mesmo período de 2018. Conforme os dados do Ministério da Economia (2019), o Brasil alcançou a 8ª colocação no *ranking* do mercado de comercialização de veículos no mundo.

No Brasil, diversos bancos financiam veículos, estando ou não vinculados a associações de veículos, a exemplo da Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras - ANEF. Esse setor de financiamento representou 22,00% do Produto Interno Bruto - PIB industrial brasileiro em 2016 e vem crescendo desde então.

Tendo em vista que os bancos que atuam nesse segmento de financiamento ainda são pouco estudados como um segmento específico separado dos demais segmentos de bancos, pretende-se investigar os níveis de divulgação da governança corporativa em bancos que atuam

no segmento de aquisição de veículos no Brasil. Para isso, serão utilizadas as recomendações do Comitê da Basileia (BCBS, 2015).

Diante do exposto, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: **Qual é o nível de divulgação da governança corporativa em bancos que atuam no segmento de aquisição de veículos no Brasil, segundo as recomendações do comitê da Basileia?**

1.3 Objetivo Geral

Investigar o nível de divulgação da governança corporativa em bancos que atuam no segmento de aquisição de veículos no Brasil, segundo recomendações do Comitê da Basileia.

1.4 Objetivos Específicos

- Identificar categorias e subcategorias utilizadas para avaliar o nível de divulgação da governança corporativa segundo recomendações do Comitê da Basileia;
- Analisar o nível de divulgação da governança corporativa de cada banco da amostra, com base nas categorias e subcategorias identificadas;
- Diferenciar o nível de divulgação da governança corporativa de bancos com controle nacional e de bancos com controle estrangeiro;
- Comparar o nível de divulgação da governança corporativa entre os bancos de acordo com o porte;
- Verificar se existe ou não associação entre o nível de divulgação da governança corporativa e as taxas de juros oferecidas pelos bancos da amostra para o financiamento de aquisição de veículos.

1.5 Justificativa

Tendo em vista que a quebra de um banco pode gerar crises financeiras, é relevante estudar características de governança corporativa dos bancos. Tal estudo com foco em bancos no segmento de aquisição de veículos, visa promover o conhecimento acerca do nível de divulgação da governança corporativa do segmento que ainda é pouco estudado no país.

Esta pesquisa diferencia-se de estudo anterior proposto por Alves e Alves (2009), em que foram analisadas características de governança corporativa em bancos, pois irá trabalhar

com as recomendações do Comitê da Basileia que foram aprimoradas após o referido estudo. Essas informações, adicionalmente, serão relevantes para realização de uma análise atualizada do nível de divulgação de informações e atuação dos bancos atuantes no segmento de aquisição de veículos no país.

Por fim, espera-se com este estudo contribuir para as reflexões de acadêmicos, gestores dos bancos, clientes, reguladores como o BCB, Comissão de Valores Mobiliários - CVM, associações de bancos do segmento de aquisição de veículos, concessionárias de veículos, bem como agentes do mercado.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Governança Corporativa

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, define a governança corporativa como:

[...] o sistema segundo o qual as corporações de negócio são dirigidas e controladas. A estrutura da governança corporativa especifica a distribuição dos direitos e responsabilidades entre os diferentes participantes da corporação, tais como o conselho de administração, os diretores executivos, os acionistas e outros interessados, além de definir as regras e procedimentos para a tomada de decisão em relação a questões corporativas. E oferece também bases através das quais os objetivos da empresa são estabelecidos, definindo os meios para se alcançarem tais objetivos e os instrumentos para se acompanhar o desempenho (OCDE, 1999, p. 9).

Já o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC define a governança como: “[...] o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas” (IBGC, 2015, p. 3).

O estudo da governança corporativa possui diversas abordagens, como a dos *shareholders* e *stakeholders*. A primeira abordagem é baseada na Teoria da Agência que de acordo com Jensen e Meckling (1976), é a relação que se dá sob um contrato em que uma ou mais pessoas (principal/acionistas), emprega uma outra pessoa (agente/gestor) para executar atividade que necessite de poder de decisão. No caso do emprego da premissa de que o ser humano atue no sentido de maximizar sua própria utilidade, o agente não irá atuar necessariamente de acordo com os interesses do principal, mas do seu próprio interesse, originando os conflitos de interesses.

Em adição, no contexto da abordagem dos *shareholders*, além do conflito de interesse entre acionista e gestor, pode ser citado o conflito de interesse entre acionista minoritário e acionista majoritário, conforme ilustra o Quadro 1.

Tipo de Conflito	Descrição
Acionista x gestor	Adoção de estratégias de baixo risco por parte dos executivos não optando por riscos altos que gerariam retornos mais altos aos acionistas, atendendo somente os interesses gestores e proprietários.
Acionista minoritário x acionista majoritário	Acionistas minoritários delegam o poder de decisão aos majoritários que podem tomar decisões que atendam aos seus interesses e extrair riqueza dos acionistas minoritários.

Quadro 1 — Conflitos de interesses.

Fonte: Adaptado de Jensen e Meckling (1976).

Os problemas e custos de agência¹ ocorrem a partir do momento que o bem-estar de uma parte é afetado pela outra, dando margem para um comportamento oportunista do agente (CARVALHO, 2001, p. 19). Para prevenir esses tipos de situações, o principal emprega incentivos para que o agente possa trabalhar em prol da maximização do lucro do acionista, incorrendo em custos de monitoramento visando limitar atividades irregulares (JENSEN; MECKLING, 1976).

Já em relação à abordagem dos *shareholders*, Freeman (1984), identificou que as estruturas tradicionais não estavam colaborando para que os gerentes elaborassem estratégias eficazes para superar as mudanças que ocorriam nas corporações na década de 80. Para Freeman (1984, p. 5), o *stakeholder* é “[...] qualquer grupo ou indivíduo afetado ou que possa afetar a conquista do desempenho de uma organização”.

Apesar de ter sido utilizada inicialmente por um instituto de pesquisa da Califórnia, a teoria dos *stakeholders* consolidou-se como uma estrutura de gestão conhecida na década de 1980. Freeman (1984) considerava, que a administração deveria explorar suas partes interessadas com a finalidade de desenvolver estratégias de negócios. Os *stakeholders* envolvidos no contexto empresarial que almejam que os seus desejos sejam atendidos, estão dispostos na Figura 1.

¹ Esses custos estão divididos em três categorias: (1) despesas de monitoramento por parte do principal; (2) despesas com a concessão de garantias contratuais por parte do agente; (3) e custo residual (JENSEN; MECKLING, 1976).

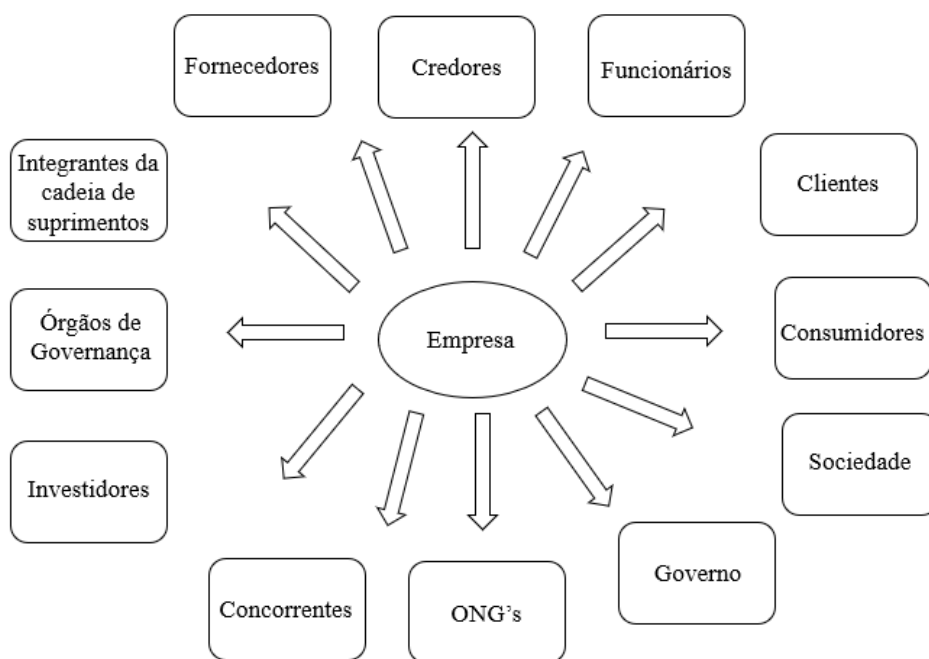


Figura 1 — Stakeholders.

Fonte: Adaptado de Andrade e Rossetti (2015).

Para minimizar os conflitos de interesse são empregados os mecanismos de governança corporativa (FILHO, 2006). Os mecanismos podem ser segmentados em internos e em externos. Os mecanismos internos contemplam a estrutura de propriedade, o conselho de administração e o sistema de remuneração dos executivos. Por outro lado, os mecanismos externos contemplam o sistema legal e regulatório, mercado de capitais (ROGERS; RIBEIRO, 2006).

No tocante à estrutura de propriedade, citada no parágrafo anterior, e levando em conta a concentração de capital no Brasil, Silveira (2004) lembra que a relação entre os acionistas majoritários e minoritários pode ser fonte de conflito de interesses. Os acionistas majoritários, por deterem maior poder de influenciar a decisão de gestores, podem expropriar os interesses dos acionistas minoritários. Nesse caso, os mecanismos externos de governança corporativa previamente citados (mercado de capitais ou sistema legal e regulatório) podem contribuir para minimizar tais conflitos (FILHO, 2006), buscando assegurar a extensão de direitos atribuídos a acionistas majoritários, também, aos acionistas minoritários.

A eficácia de mecanismos de governança corporativa possui conexão com a implementação de uma estrutura de governança corporativa. Uma proposta que apresenta órgãos que fazem parte dessa estrutura é realizada pelo IBGC e está ilustrada na Figura 2.

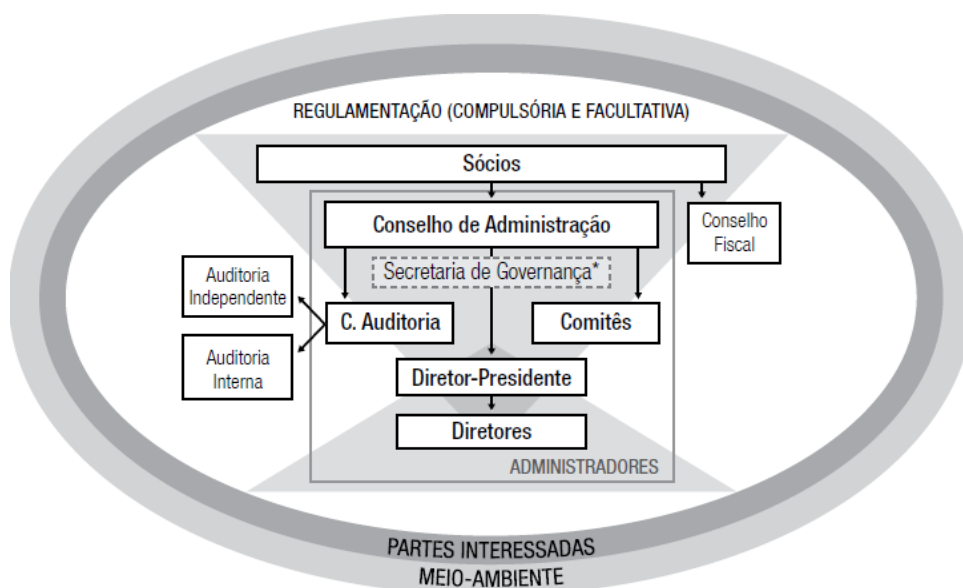


Figura 2 — Estrutura do sistema de governança corporativa.

Fonte: IBGC (2015).

Observação: ‘C. Auditoria’ significa ‘comitê de auditoria’.

Na Figura 2, é importante enfatizar o papel do conselho de administração, pois segundo o IBGC (2015) é o órgão que realiza o direcionamento estratégico da empresa e, além disso, visa monitorar as diretorias, adequar os interesses da organização e atua como elo entre sócios e administradores.

Externamente à empresa, os princípios e as práticas de governança podem ser úteis para orientar a boa governança, um exemplo é a recomendação da B3, que lançou segmentos de listagem diferenciados² a partir do ano 2000 (B3, 2019). Além da B3, o IBGC editou o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa - CMPGC, que apresenta como princípios a transparência, equidade, prestação de contas (*Accountability*) e a responsabilidade corporativa (IBGC, 2015, p. 21).

Para o IBGC (2015), a transparência consiste no desejo de disponibilizar aos *stakeholders*, informações de seu interesse e não somente as impostas por lei. A transparência é o princípio que tem a finalidade de diminuir a assimetria de informações e preservar os direitos dos acionistas e mercado em geral (LANZANA, 2004).

Adicionalmente, devem ser lembrados entre os princípios e práticas de governança disseminados internacionalmente aqueles editados pela OCDE, que publicou em 1999, 2004 e 2015 princípios/diretrizes de governança corporativa.

² Os segmentos diferenciados de listagem da B3 são Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1.

O documento nomeado como “G20/OECD Princípios de Governança Corporativa”, publicado em 2015, tem como objetivo auxiliar os tomadores de decisões a avaliar e melhorar o governo de sociedades, apoiar a eficiência econômica, o crescimento sustentável e estabilidade financeira (OCDE, 2015, p. 3). As referidas recomendações são úteis para os estudos sobre governança corporativa em diferentes tipos de organizações, inclusive para subsidiar os trabalhos do BCBS relacionado a governança corporativa em bancos, como será exposto na sequência.

No Brasil a Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (BRASIL, 1976), dispõe sobre as sociedades anônimas e veio para regulamentar as empresas de capital aberto e a partir da criação do Novo Mercado pela Bolsa de Valores de São Paulo instituiu-se novos mecanismos para que essas empresas adotem melhores práticas de governança.

Importante citar a disseminação de princípios e práticas de governança corporativa, os quais podem ser aplicados a diversos tipos de organizações. Um exemplo de entidade que dissemina tais princípios e práticas é o citado IBGC e um dos documentos divulgados por essa entidade que contempla tais princípios e práticas é o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, disseminado pelo IBGC (IBGC, 2015).

2.2 Governança Corporativa em Bancos e Recomendações do Comitê da Basileia

Os bancos são entidades que possuem uma natureza especial pela sua atuação intermediando recursos entre agentes superavitários e deficitários:

Os bancos são os principais intermediários financeiros dos mercados emergentes. Os recursos por eles obtidos provêm principalmente dos seus depositantes, seja de depósitos à vista, de poupança ou a prazo. Por essa razão a sua quebra afeta de forma adversa a riqueza das famílias e pode possivelmente levar a uma perda sistêmica (FORTUNA, 2007, p. 84).

Conforme Caprio e Levine (2015), as instituições financeiras geralmente são menos transparentes que as instituições não financeiras. Por conta disso, a governança corporativa em bancos desperta interesse em agentes reguladores, acionistas e partes interessadas. Adicionalmente, pelo fato de os bancos serem guardiões dos recursos das famílias, a governança em bancos é necessária para evitar crises financeiras, pois quando um número grande de bancos quebra gera consequências profundas para a economia (FORTUNA, 2007).

O excesso de assimetria de informações pode gerar falta de confiança nas instituições financeiras, pois a qualidade dos empréstimos, avaliação de riscos podem ser alteradas mais

rapidamente do que em outros setores, dificultando a avaliação contínua da organização (FORTUNA, 2007). Um aspecto que afeta a confiança nas instituições financeiras é a regulamentação (CAPRIO; LEVINE, 2002).

Adicionalmente, Araújo *et al.* (2012) indica mais dois aspectos que afetam diretamente a governança em bancos. O primeiro refere-se ao maior destaque para o papel dos credores e órgãos reguladores que estão interessados na performance dos bancos e afetam as decisões. O segundo aspecto trata-se da estrutura de capital do setor bancário ser diferente dos demais, pois trabalham com alavancagem e com patrimônio líquido mais baixo do que as demais empresas.

Atrelado aos demais apontamentos, segundo Caprio e Levine (2002), outra fonte de conflito de interesses em bancos é quando não há políticas eficazes de remuneração dos gestores, fazendo com que ajam de acordo com seus interesses sem incorrerem riscos para maximizar o valor para o acionista.

É importante salientar que o porte e o tipo de controle são considerados variáveis de governança corporativa (IBGC, 2015), e podem ser usadas para o estudo da governança corporativa em bancos. A este respeito, Dantas *et al.* (2010) expõe, entre outras análises, que o porte do banco influencia na divulgação de informações sobre risco de crédito. Já Oliveira e Alves (2016), analisam remuneração de administradores de bancos considerando, entre outras variáveis, o porte e o tipo de controle, verificando a influência de cada variável na remuneração.

É importante estudar o porte dos bancos, pois este pode influenciar na quantidade de conselheiros do Conselho de Administração, o número e a natureza dos comitês de uma organização, mas independente da variável porte o IBGC (2015) mostra que o código de melhores práticas e os princípios de governança são aplicáveis.

Para o tipo de controle, é útil para os fins desta pesquisa apresentar a classificação proposta pelo BCB que identifica a origem do controle de capital dos bancos, com a seguinte representação: (1) Público; (2) Privado Nacional; (3) Privado com Controle Estrangeiro (BCB, 2019). Tal classificação permite, ainda, aglutinar os bancos classificados como públicos e privados com controle nacional como bancos com controle nacional atuantes no País.

Outra variável que pode ter associação com a governança em bancos é taxa de juros, conforme apresentado por Korontai (2016), que propôs investigar a relação entre um indicador específico de governança corporativa, o desempenho e riscos de bancos. Os resultados deste estudo mostraram que a governança corporativa correlação positiva com o desempenho dos bancos e negativamente o risco, mais especificamente ao risco de crédito, atestando que quanto maior for a governança do banco maior será o desempenho e menor o risco, refletindo na taxa de juros oferecida aos clientes.

A taxa de juros disponibilizada pelo Banco Central é calculada da seguinte forma:

As taxas de juros por instituição financeira apresentadas nesse conjunto de tabelas representam médias aritméticas das taxas de juros pactuadas nas operações realizadas nos cinco dias úteis referidos em cada publicação, ponderadas pelos respectivos valores contratados (BCB, 2020).

Para a análise da variável em questão foi utilizado como base o artigo de Medeiros, Barbosa e Lopes (2019), que realiza um estudo sobre a taxa básica de juros da economia e as taxas de juros praticadas no mercado. Os autores concluíram que a taxa básica de juros tem correlação positiva com a ‘taxa média de juros das operações de crédito não rotativo - % a.a.’, que abrange os empréstimos e financiamentos.

Segundo Alves e Alves (2009, p. 11), a assimetria de informações “[...] pode gerar implicações para os provedores de recursos de um banco, pois a falta de transparência e de divulgação de informações facilita o desvio de recursos ou a assunção excessiva de riscos por parte dos gestores”. Visto que a falta de transparência e assunção de altos riscos para os bancos podem gerar crises sistêmicas, muitos países adotam regulamentações ou seguem orientações de organizações que promovem boas práticas de governança corporativa. Entre tais orientações existem aquelas recomendadas pelo BCBS.

Segundo o BCB (2019a), o BCBS é o fórum internacional para discussão e formulação de recomendações para a regulação prudencial e cooperação para supervisão bancária, composto por 45 autoridades monetárias e supervisoras de 28 jurisdições. As recomendações do BCBS têm como objetivo manter a simetria com a regulação bancária com o foco em aprimorar a concorrência entre bancos.

O primeiro acordo de Basileia (BCBS, 1988) tinha o foco em estabelecer recomendações para as exigências mínimas de capital para a cobertura de risco de crédito. Em 2004 houve o aprimoramento do primeiro acordo em resposta as crise e fraudes ocorridas na década de 90, denominado como Basileia II (BCBS, 2004) que propôs recomendações mais precisas para avaliação dos riscos. Em 2008 o Acordo de Basileia III (BCBS, 2010) foi direcionado para reforçar o sistema financeiro após a crise *subprimes*³.

A partir da publicação do Basileia II, houve ênfase maior nos princípios para melhorar a governança corporativa em bancos, tendo sido divulgado o documento ‘*Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations*’. Esse documento contemplou princípios, baseados nas

³ Segundo Gontijo (2008) o crédito “[...] *subprime* ocorre quando o tomador não é capaz de dar qualquer entrada e/ou não tem renda comprovada.” Gerando maior risco ao cedente.

recomendações da OCDE, citada na Seção 2.1, e foi publicado pela primeira vez em 1999 para ajudar supervisores bancários a implementarem boas práticas de governança corporativa em bancos em suas jurisdições (BCBS, 1999).

Em 2006, o documento *‘Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations’* foi revisto, para corrigir erros nas estruturas de governança e adequar os princípios aos países com jurisdições menos transparentes do que outras (BCBS, 2006).

A crise dos subprimes evidenciou diversas falhas de governança corporativa em 2007/2008, por exemplo: falta de supervisão da alta administração, gestão inadequada de riscos e estruturas organizacionais. Tendo em vista este fato, o Comitê definiu novos princípios em 2010, *‘Principles for enhancing corporate governance’*, que vieram para aprimorar a forma como os bancos são governados e o papel da supervisão (BCBS, 2010).

Em complemento, em 2015 houve uma revisão dos princípios citados no parágrafo anterior, culminando na edição do *‘Corporate governance principles for banks’*, que tem como base 13 princípios voltados para as ações do conselho de administração, gerenciamento de riscos, remuneração, *compliance*, auditoria interna e transparência (conforme detalhamento constante do Apêndice A). Adicionalmente, a orientação revisada presente nos princípios do BCBS divulgados em 2015 pretende:

- (a) expandir as orientações sobre o papel do conselho de administração na supervisão da implementação de sistemas eficazes de gerenciamento de riscos;
- (b) enfatizar a importância da competência coletiva do conselho, bem como a obrigação de cada membro do conselho de dedicar tempo suficiente aos seus mandatos e manter-se a par dos desenvolvimentos no setor bancário;
- (c) fortalecer as orientações sobre governança de riscos, incluindo as funções de gerenciamento de riscos desempenhadas pelas unidades de negócios, equipes de gerenciamento de riscos e funções internas de auditoria e controle [...], além de enfatizar a importância de uma sólida cultura de riscos para impulsionar o gerenciamento de riscos dentro de um banco;
- (d) fornecer orientação aos supervisores bancários na avaliação dos processos utilizados pelos bancos para selecionar membros do conselho e a alta administração; e
- (e) reconhecer que os sistemas de remuneração constituem um componente essencial da estrutura de governança e incentivos por meio da qual o conselho e a alta administração de um banco transmitem um comportamento aceitável de assumir riscos e reforçam a cultura operacional e de risco do banco (BIS, 2019).

Em adição ao que foi citado no parágrafo anterior, segundo BCBS (2015, p. 11), o conselho de administração “[...] tem a responsabilidade final pela estratégia de negócios e solidez financeira do banco, decisões-chave do pessoal, estrutura e práticas internas da organização e governança e riscos obrigações de gerenciamento e conformidade”. Segundo o BCBS (2015), para que a governança de riscos seja eficaz é necessário que o conselho de

administração supervisione a diretoria e seus membros e se reúna regularmente com os agentes envolvidos para avaliar a eficácia das políticas adotadas e identificar problemas, a fim de identificar os setores que precisam ser melhorados. Além de definir métricas de desempenho para definir a remuneração e incentivos e participar dos planos de sucessão de cargos chaves.

Para que esses membros do conselho sejam capazes de analisar as situações que são impostas é necessário que tenham qualificação e experiência conforme o tamanho e a complexidade da empresa. O CBCB (2015) ainda propõe que esses membros tenham conhecimento que não se limitem ao mercado de capitais e para que sejam selecionados para o Conselho de Administração devem verificar se os candidatos:

[...] (i) possuem os conhecimentos, competências, experiência e, em especial no caso de administradores não executivos, independência considerando suas responsabilidades no conselho e à luz dos negócios e do perfil de risco do banco; (ii) ter um registro de integridade e idoneidade; (iii) dispor de tempo suficiente para realizar plenamente responsabilidades; e (iv) ter a capacidade de promover uma interação suave entre os membros do conselho (BCBS , 2015, p. 17).

Em estruturas de propriedade em que há acionistas que podem indicar nomes para o conselho, os conselheiros podem estabelecer procedimentos para realizar avaliações periódicas desse conselheiro indicado para atestar sua independência perante os interesses dos acionistas e do banco em geral (BCBS, 2015).

A estrutura organizacional deve ser dimensionada com base no tamanho e complexidade do banco. Em alguns casos deve-se fazer uso de comitês específicos para que o conselho consiga cobrir todos assuntos que lhe dizem respeito. Sendo o comitê de auditoria, riscos, remuneração, recursos humanos/governança e o comitê de ética e compliance. Conforme disposto no Quadro 2.

O sistema de remuneração é parte importante da estrutura de governança de um banco, pois segundo o BCBS (2015), "[...] promovem um bom desempenho, transmitem riscos aceitáveis adotando comportamentos e reforçando a cultura operacional e de risco do banco". O comitê de remuneração deve prevenir conflitos de interesses através de programas de remuneração que incentivem a cultura de riscos evitando que os funcionários incorram em riscos excessivos (BCBS, 2015).

Comitê	Função
Comitê de Auditoria	Supervisão de políticas contábeis, interagir com auditores internos e externos, aprovar ou recomendar ao conselho a nomeação, remuneração e destituição de auditores externos, garantir a qualidade e cumprimento de políticas do banco.
Comitê de Riscos	Garantir e promover a cultura de riscos, revisar as políticas de riscos, gerenciar os riscos assumidos, aconselhar sobre o desempenho geral do banco, supervisionar a implementação da RAS pela alta administração.
Comitê de Remuneração	Garantir e supervisionar a aplicação da política de remuneração e incentivos consistente com o apetite ao risco do banco.
Comitê de Recursos Humanos/Governança	Analisar o papel e responsabilidades dos conselheiros e membros da alta administração, combater o conflito de interesses no conselho de administração por meio de políticas eficazes de recursos humanos.
Comitê de Ética e Compliance	Garantir a utilização de leis, regulamentos e códigos, a fim de promover decisões eficazes considerando os riscos.

Quadro 2 - Comitês do Conselho.

Fonte: BCBS (2015).

Em complemento, no tocante aos riscos a que as instituições estão expostas, o BCBS (2015) apresenta que “[...] uma estrutura eficaz de governança de risco inclui uma forte cultura de riscos, apetite de risco bem desenvolvido, articulado através do ‘*Risk Appetite Statement*’ (RAS)⁴ e responsabilidades bem definidas para gerenciamento de riscos em particular e funções de controle em geral”. Essa estrutura serve para que os mecanismos de prevenção sejam acionados quando o limite de risco seja violado. Para que essa estrutura seja eficaz, devem-se adotar as 3 linhas de defesa, a seguir descritas:

1. Unidades de negócios: gerenciamento contínuo dos riscos dos bancos;
2. Gerenciamento de riscos e *compliance*: consiste na função de gerenciamento de riscos independente e a função de *compliance* que tem por finalidade monitorar se os bancos estão atuando de acordo com as leis, regulamentos, códigos de conduta e políticas de governança;
3. Auditoria interna independente: realizar revisão independente que garanta que a qualidade dos sistemas internos seja mantida.

Para que a estrutura de governança corporativa em bancos seja sólida e eficaz, faz-se necessário a divulgação e transparência de informações aos acionistas, clientes e partes

⁴ Segundo BCBS (2015) o RAS é a declaração onde se destaca os riscos que o banco aceita ou evita.

interessadas. Para o BCBS (2015) “[...] o objetivo da transparência na área de governança corporativa é fornecer a essas partes interessadas as informações necessárias para permitir que eles avaliem a eficácia do conselho e da alta administração na administração do banco”.

Todos os bancos, independentemente de estarem listados ou não em bolsa e do seu tipo de controle, devem divulgar informações para apoiar as áreas de governança corporativa conforme os princípios do ‘Apêndice A’. A divulgação tem a pretensão de promover a adoção de princípios sólidos condizentes com o tamanho (porte), complexidade e perfil de riscos dos bancos para melhor avaliação da qualidade da governança pelos órgãos reguladores (ALVES; ALVES, 2009).

As recomendações do BCBS pertinentes à governança corporativa em bancos já subsidiaram estudo anterior, como Alves e Alves (2009). A partir do quadro proposto no referido estudo, e baseado principalmente nos princípios de governança corporativa do BCBS (2015), foi possível propor o Quadro 3, contendo 9 categorias e 40 subcategorias.

Categorias	Subcategorias	Principais Referências
Conselho de Administração	Descrição do regimento interno	Princípio II e III
	Menção ao tamanho do conselho	
	Identificação dos componentes do conselho	
	Descrição do processo de seleção dos conselheiros	
	Menção às qualificações dos conselheiros	
	Descrição dos critérios de independência dos conselheiros	
	Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco	
	Identificação de responsabilidades do conselho	
Diretoria	Descrição das responsabilidades da diretoria	Princípio I e IV
	Menção a quem a diretoria deve reportar-se	
	Descrição das qualificações dos diretores	
	Descrição da experiência dos diretores	
Estrutura de propriedade	Menção ao controle acionário e ao direito de voto	Princípio V
	Identificação das partes beneficiárias	
	Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria	
	Menção a assembleia de acionistas	
Estrutura organizacional	Descrição do organograma do banco	Princípio III
	Descrição das linhas de negócios do banco	
	Identificação das subsidiárias e afiliadas do banco	
	Descrição dos comitês gestores do banco	
Incentivos	Menção a política de remuneração	Princípio XI

	Descrição dos parâmetros de compensação de diretores, executivos e conselheiros	
	Identificação de bônus distribuídos	
	Menção a opções de ações	
Código de Conduta	Menção ao código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco	Princípio I
	Descrição do conteúdo de códigos de governança corporativa ou políticas de negócios	
	Descrição do processo pelo qual o código ou política é implementado	
	Descrição da autoavaliação do conselho de administração a respeito de sua performance relativa ao código ou política	
Empresas ligadas e partes relacionadas	Menção a natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas	Princípio I
	Identificação das matérias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse	
	Descrição das matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse	
Riscos	Menção aos objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos (inclui apetite e tolerância)	Princípio VI a VIII
	Caracterização do envolvimento do conselho de administração no processo de gerenciamento de riscos	
	Menção a mecanismos para disseminar a cultura de riscos para o pessoal do banco	
	Descrição das estruturas internas para gerenciamento de riscos	
	Descrição dos mecanismos de controle e mitigação relacionados ao risco	
Outras informações	Referência aos relatórios financeiros e não financeiros	Princípio XII
	Divulgação de informações relevantes em site público que apoie a área de governança	
	Divulgação de uma declaração abrangente e específica anual de governança corporativa	
	Menção a regulamentação aplicável a instituição	

Quadro 3 - Quadro de Análise do nível de divulgação de Governança Corporativa.

Fonte: Adaptado de BCBS (2015), considerando Alves e Alves (2009) e revisão teórica.

O Quadro 3 conclui o referencial teórico, apresentando categorias e subcategorias, as quais podem ser usadas para análise do nível de divulgação da governança corporativa em bancos, com base nas recomendações do BCBS. No capítulo seguinte será apresentada a metodologia proposta para este estudo.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

A pesquisa em questão é classificada como descritiva (SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2013). A pesquisa descritiva tem com finalidade expor características de determinado setor ou determinados eventos e ainda realizar correlação entre variáveis (VERGARA, 2016). A abordagem deste estudo é qualitativa e quantitativa.

3.2 Caracterização do setor do estudo

O estudo em questão abordará o setor bancário brasileiro, mais especificamente o segmento que atua no financiamento para a aquisição de veículos. Para fins do estudo, serão utilizados banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixas econômicas (b1) que na data-base de junho de 2019, detinham 78,90% de ativos totais do Sistema Financeiro Nacional - SFN. E os bancos múltiplos sem carteira comercial ou banco de câmbio ou banco de investimento (b2) detinham 3,35% de ativos totais do SFN segundo dados do BCB (2019b).

Dos bancos classificados como b1 observa-se que o Banco do Brasil S.A, Banco Bradesco S.A., Itaú Unibanco S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. representam 59,41%. Já os bancos classificados como b2, como o Banco Volkswagen S.A., Banco Gmac S.A., Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e Banco Toyota do Brasil S.A. representavam 14,90%.

Quanto ao tipo de controle, em junho de 2018, havia 1.406 bancos de controle privado nacional e 127 de controle privado estrangeiro, totalizando 1.533 bancos classificados entre b1 e b2. Já no mesmo período de 2019, houve uma redução de 62 bancos de controle privado nacional e um aumento de 6 bancos privados de controle estrangeiro, totalizando 1.477 (BCB, 2019b).

O mercado de crédito para financiamento de veículos cresceu nos últimos anos, conforme aponta o Relatório de Estabilidade Financeira (BCB, 2019d), que apresenta que o “[...] o financiamento de veículos e o crédito pessoal não consignado, mantiveram a trajetória de crescimento, apresentando um crescimento acumulado anual superior a 15% a.a. em junho de 2019 [...]”.

Por consequência do uso em massa de soluções tecnológicas no sistema bancário e o aumento da concorrência entre bancos, verifica-se a necessidade de unir esforços para fortalecer as práticas de governança corporativa em bancos com o intuito de intensificar as práticas de

transparência, divulgação de informações, a fim de evitar falências, exposição excessiva ao risco, crises sistêmicas e manter a prestação de serviços ao cliente com qualidade.

3.3 População e Amostra

A população corresponde a 43 instituições financeiras presentes no relatório de taxas de juros – modalidade pessoa física - aquisição de veículos, disponibilizado no site do BCB na data base junho de 2019 (BCB, 2019c). A amostra é não probabilística, pois, conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013), “[...] seleciona participantes por um ou vários propósitos”. Para chegar à amostra foram efetuados os seguintes passos:

1. Das 43 instituições financeiras da população, foram desconsiderados aqueles classificados como n1 por serem classificados como ‘não bancários de crédito’. Após retirar essas instituições chegou-se ao total de 29 bancos, dos segmentos b1 e b2;
2. Para cada um dos 29 bancos remanescentes, foi analisada a disponibilidade de documentos como: estatuto social e relatórios individualizados. Os bancos Cnh Industrial Capital S.A., RCI Brasil S.A., e A. J. Renner S.A. foram desconsiderados da amostra por não ter sido possível acesso ao estatuto social. Assim, chegou-se ao total de 26 bancos;
3. Para os bancos da amostra que pertencem a um mesmo conglomerado financeiro foram considerados aqueles que possuem o maior ativo total, tendo sido removidos 3 bancos. Foi observada a presença do Itaú Unibanco S.A. e ItauCard S.A. para esse caso foi considerado o Itaú UniBanco S.A. O segundo caso, trata-se do Banco Bradesco S.A e Banco Bradesco Financiamentos S.A., onde foi considerado o Banco Bradesco S.A. O terceiro caso tratou-se do Banco PSA S.A. e o Banco Santander (Brasil) S.A., onde foi considerado o Banco Santander (Brasil) S.A. devido ao maior porte. Assim, a amostra final foi composta por 23 bancos, conforme exibido no Tabela 1.

A Tabela 1 exibe a amostra de 23 bancos, sendo 12 com controle nacional e 11 com controle estrangeiro. O referido quadro apresenta, também, para cada banco da amostra, a variável porte, com valor do ativo total, e a variável taxa de juros, na forma de percentual ao ano. Para os fins deste estudo, não será necessário nomear os bancos nas análises dos resultados, procurando-se enfatizar as variáveis exibidas no referido quadro no decorrer das análises.

Tabela 1 — Amostra de bancos do segmento de veículos.

Instituição	Tipo de controle	Porte ¹	Taxa de juros ²
BCO DO BRASIL S.A.	CN	1.496.641.072,00	21,20
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	CN	1.314.227.472,00	24,77
BCO BRADESCO S.A.	CN	1.160.268.545,00	17,53
ITAÚ UNIBANCO S.A.	CN	1.097.028.428,00	20,10
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	CE	807.154.603,00	18,48
BCO DO ESTADO DO RS S.A.	CN	78.925.582,00	22,39
BCO PAN S.A.	CN	30.628.258,00	29,66
BCO DAYCOVAL S.A.	CN	29.944.505,00	37,98
BCO BANESTES S.A.	CN	27.804.622,00	24,16
BCO J. SAFRA S.A.	CN	25.699.016,00	19,61
BCO DA AMAZONIA S.A.	CN	20.172.766,00	27,39
BCO VOLKSWAGEN S.A.	CE	17.969.992,00	15,25
BCO GMAC S.A.	CE	13.398.546,00	15,27
BCO CETELEM S.A.	CE	11.067.069,00	19,37
BCO MERCEDES-BENZ S.A.	CE	10.880.711,00	10,27
BCO TOYOTA DO BRASIL S.A.	CE	7.954.055,00	12,12
BCO HONDA S.A.	CE	4.916.339,00	22,65
BCO VOLVO BRASIL S.A.	CE	4.043.035,00	15,72
SCANIA BCO S.A.	CE	3.310.814,00	12,82
BCO RODOBENS S.A.	CN	1.841.467,00	15,70
BCO YAMAHA MOTOR S.A.	CE	1.141.618,00	27,30
BCO MONEO S.A.	CN	655.171,00	13,33
BCO MAXINVEST S.A.	CN	37.973,00	36,69

Fonte: Adaptado de BCB (2019b).

Legenda: BCO: Banco - CN: Controle Nacional – CE: Controle Estrangeiro.

Observações: 1. valores monetários em R\$ mil; 2. Taxa de juros na modalidade de aquisição de veículos para pessoa física em percentual ao ano.

3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Os dados foram coletados entre julho e agosto de 2019. Para verificar a acessibilidade as informações, buscaram-se os estatutos e relatórios anuais dos bancos. Para bancos de capital fechado, foi necessário coletar os estatutos no site da junta comercial do estado sede do banco. Para bancos de capital aberto, foi possível coletar informações no site dos próprios bancos na aba ‘Relacionamento com Investidores (RI)’. Os relatórios anuais que englobam os relatórios financeiros, informações sobre riscos e governança foram coletados diretamente do site de cada banco no período de junho de 2019.

Para obtenção do porte em ativo total e do tipo de controle de cada banco (nacional ou estrangeiro), foram utilizados os dados do relatório disponibilizado pelo BCB chamado IF data: Dados Seleccionados, data base de junho de 2019 (BCB, 2019b). A identificação das taxas de juros anuais cobrada por cada banco, é a taxa de juros da modalidade de aquisição de veículos, coletada na data base de junho de 2019, especificamente no período entre 17 de junho de 2019 a 24 de junho de 2019, disponibilizada no referido relatório de taxas de juros – modalidade

pessoa física - aquisição de veículos, no site do BCB na data base junho de 2019 (BCB, 2019c). Com base em Medeiros, Barbosa e Lopes (2019), o presente estudo irá utilizar a taxa de juros anual praticadas pelos bancos, conforme apresentado na Tabela 1.

Para análise de dados empregou-se a análise de conteúdo que é: “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47). Para possibilitar esse tipo de análise foi empregado o Quadro 3, citado na seção 2.2 da revisão teórica, com 9 categorias e 40 subcategorias baseadas, em especial, nas Recomendações do BCBS.

A partir da documentação coletada para cada banco, foi possível examinar a presença, a ausência ou a não aplicabilidade de cada subcategoria descrita na referida Figura 1 considerando 23 bancos da amostra, inicialmente houve a possibilidade de analisar 920 subcategorias. Entretanto, o exame da documentação de 11 bancos da amostra indicou que eles não possuíam Conselho de Administração. Dessa forma, para esses 11 bancos, as 88 subcategorias associadas à categoria ‘Conselho de Administração’ foram consideradas não aplicáveis. Assim, no total, 832 subcategorias remanescentes foram passíveis de serem analisadas como presentes e ausentes. Assim, foi possível totalizar a quantidade de subcategorias presentes e ausentes para cada banco e por grupos de bancos segundo seu tipo de controle, inclusive apresentando percentuais de presença e ausência.

Para a análise dos dados empregaram-se as estatísticas descritiva e inferencial. Quanto à estatística descritiva empregaram-se a média, moda, mediana, desvio padrão, mínimo, máximo, quartis e coeficiente de variação. Quanto à estatística inferencial, foram realizados testes estatísticos de Shapiro-Wilk, Q de Cochran, Qui-Quadrado, Correlação de Spearman e Correlação de Pearson, conforme descrito no Apêndice B.

O Teste de Shapiro Wilk serviu para auxiliar a indicação ou não de normalidade das distribuições dos percentuais de presença de subcategorias e do porte (MAROCO, 2007). O Teste Q de Cochran serviu para verificar o grau de associação entre as subcategorias de uma mesma categoria. Já o Teste Qui Quadrado serviu para verificar a associação entre os percentuais de presenças das subcategorias e o tipo de controle dos bancos (SIEGEL; CASTELLAN, 2006). A correlação de Pearson foi usada para avaliar a correlação entre o porte dos bancos e o percentual de subcategorias presentes. Para efetuar os testes citados nesta seção foi empregado o software SPSS e para a apresentação de tabelas nos resultados utilizaram-se planilhas do Excel.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados e discussão a partir da análise de conteúdo efetuada conforme descrito na metodologia deste estudo. Após exame das 832 subcategorias foi possível elaborar o Apêndice D, o qual subsidiou a análise por categoria e subcategoria (seção 4.1) e a análise por grupo de bancos (seção 4.2).

4.1 Análise de categoria e subcategorias

Esta seção apresenta a análise por categoria e subcategorias citadas no Quadro 3. Na sequência serão descritas as análises por subcategoria (subseção 4.1.1) e por categoria (subseção 4.1.2).

4.1.1 Análise por subcategoria

A Tabela 2 apresenta os resultados da análise das subcategorias referentes à categoria ‘Conselho de Administração’. Nota-se que a ‘Scat 1.2 - Menção ao tamanho do conselho’, ‘Scat 1.3 - Identificação dos componentes do conselho’, ‘Scat 1.4 - Descrição do processo de seleção dos conselheiros’ e a ‘Scat 1.8 - Identificação de responsabilidades do conselho’ estiveram em 100,00% dos bancos da amostra. Por outro lado, a ‘Scat 1.7 - Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco’ não esteve presente em nenhum dos bancos da amostra.

Com base nos resultados da Tabela 2, foi realizada uma análise inferencial dos dados coletados. Para isso utilizou-se o Teste Q de Cochran, com o objetivo de verificar a existência de diferenças significativas entre as quantidades de presenças de cada subcategoria associada a categoria analisada. O teste considerou os 12 bancos da amostra que são administrados por um Conselho de Administração.

Tabela 2 — Subcategorias associadas à categoria ‘Conselho de Administração’.

Subcategoria	Descrição da Subcategoria	(P)	(A)	(P%) ¹
Scat 1.1.	Descrição do regimento interno	8	4	66,67%
Scat 1.2.	Menção ao tamanho do conselho	12	0	100,00%
Scat 1.3.	Identificação dos componentes do conselho	12	0	100,00%
Scat 1.4.	Descrição do processo de seleção dos conselheiros	12	0	100,00%
Scat 1.5.	Menção às qualificações dos conselheiros	9	3	75,00%
Scat 1.6.	Descrição dos critérios de independência dos conselheiros	7	5	58,33%
Scat 1.7.	Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco	0	12	0,00%
Scat 1.8.	Identificação de responsabilidades do conselho	12	0	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de bancos com a subcategoria presente; A – Quantidade de bancos com a subcategoria ausente; P% - Percentual de bancos com a subcategoria presente. ¹Obs: Para a coluna P%, o percentual 100,00% corresponde a 12 bancos.

Os resultados do Teste Q de Cochran são exibidos na Tabela 3, considerando os resultados do teste, sugere-se a rejeição da hipótese nula em que afirma que não há diferenças significativas na proporção de presenças verificadas nas subcategorias associadas à categoria ‘Conselho de Administração’.

Tabela 3 — Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Conselho de Administração’.

N	Q de Cochran	GL	Significância	Comparação de pares de subcategorias
12	52,55	7	0,00***	Scat 1.7 difere-se das demais subcategorias ¹

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: N – número de observações; GL – graus de liberdade. Obs.: ¹ A descrição de Scat 1.7 é detalhada na Tabela 2. *** Significativo a 1%.

Com a rejeição da hipótese nula, foi feita uma análise de comparação por pares após o teste. Conforme apresenta a quinta coluna da Tabela 3, a subcategoria 1.7 ‘Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco’ difere das demais subcategorias, apresentando um percentual de 0,00% dentre todas as subcategorias analisadas.

O percentual de presença para a Scat. 1.7 – ‘Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco’, está de certa forma em sintonia com o resultado obtido no estudo de Alves e Alves (2009), no qual se identificou 10,00% de presença para tal subcategoria. Por sua vez, A ‘Scat 1.2 - Menção ao tamanho do conselho’ e ‘Scat 1.3 - Identificação dos componentes do conselho’ apresentaram 100,00% de presença no estudo atual, por sua vez o estudo citado anteriormente apresentou 70,00% de presença para as mesmas subcategorias.

A Tabela 4 apresenta os resultados da análise das subcategorias referentes à categoria ‘Diretoria’, considerando os 23 bancos da amostra. Nota-se que a ‘Scat 2.1 - Descrição das responsabilidades da diretoria’, teve 100,00% de presença dentre os bancos da amostra. Por outro lado, a ‘Scat 2.4 - Descrição da experiência dos diretores’, representou o percentual de 34,78% de presença entre os bancos da amostra.

Tabela 4 — Subcategorias associadas à categoria ‘Diretoria’.

Subcategoria	Descrição da Subcategoria	(P)	(A)	(P%) ¹
Scat 2.1.	Descrição das responsabilidades da diretoria	23	0	100,00%
Scat 2.2.	Menção a quem a diretoria deve reportar-se	18	5	78,26%
Scat 2.3.	Descrição das qualificações dos diretores	14	9	60,87%
Scat 2.4.	Descrição da experiência dos diretores	8	15	34,78%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de Bancos com a subcategoria presente; A – Quantidade de Bancos com a subcategoria ausente; P% - Percentual de Bancos com a subcategoria presente. ¹Obs: Para a coluna P%, o percentual 100,00% corresponde a 23 bancos.

Considerando as informações da Tabela 4, realizou-se uma análise inferencial dados coletados. Para isso foi utilizado o Teste Q de Cochran com o objetivo de verificar a existência de diferenças significativas entre as quantidades de presenças de cada subcategoria associada a categoria analisada. Os resultados do Teste Q de Cochran acima citados são exibidos na Tabela 5.

Tabela 5 — Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Diretoria’.

N	Q de Cochran	GL	Significância	Comparação de pares de subcategorias
23	27,34	3	0,00***	Scat 2.3 difere-se das demais, exceto Scat 2.2
				Scat 2.4 difere-se das demais subcategorias

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: N – número de observações; GL – graus de liberdade. Obs.: ¹ As descrições de Scat 2.2, Scat 2.3 e Scat 2.4 são detalhadas na Tabela 4. *** Significativo a 1%.

O Teste Q de Cochran verificado para a categoria ‘Diretoria’, apresenta um grau de liberdade de 3 e significância de 0,00, rejeitando assim a hipótese de que não há diferenças na proporção de presenças dentro da subcategoria. Como apresentado na última coluna da Tabela 4, apurou-se que a ‘Scat 2.3 - Descrição das qualificações dos diretores’ difere das demais subcategorias, exceto da ‘Scat 2.2 – Menção a quem a diretoria deve reportar-se’ e, por fim, a ‘Scat 2.4 – Descrição da experiência dos diretores’ difere-se das demais subcategorias.

Observa-se que o percentual de presença para a ‘Scat 2.4 - Descrição da experiência dos diretores’ foi 34,78%, ao passo que o percentual para esta subcategoria apurado no estudo

de Alves e Alves (2009) foi 50,00%. Por sua vez, a ‘Scat. 2.1 - Descrição das responsabilidades da diretoria’ apresentou um percentual de presença de 100,00%, enquanto no estudo de Alves e Alves (2009) apresentou 60,00% de presença.

Referente a categoria ‘Estrutura de propriedade’, cuja subcategorias estão listadas na Tabela 6, observa-se que a ‘Scat 3.1 - Menção ao controle acionário e ao direito de voto’ apresentou percentual de presença de 100,00% na documentação dos bancos da amostra. Já ‘Scat 3.3 - Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria’ apresentou um percentual de 17,39% de presença dentre os bancos da amostra.

Tabela 6 — Subcategorias associadas à categoria ‘Estrutura de propriedade’.

Subcategoria	Descrição da Subcategoria	(P)	(A)	(P%) ¹
Scat 3.1.	Menção ao controle acionário e ao direito de voto	23	0	100,00%
Scat 3.2.	Identificação das partes beneficiárias	7	16	30,43%
Scat 3.3.	Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria	4	19	17,39%
Scat 3.4.	Menção a assembleia de acionistas	21	2	91,30%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de Bancos com a subcategoria presente; A – Quantidade de Bancos com a subcategoria ausente; P% - Percentual de Bancos com a subcategoria presente. ¹Obs: Para a coluna P%, o percentual 100,00% corresponde a 23 bancos.

Considerando as informações da Tabela 6, realizou-se uma análise inferencial dos dados coletados. Para isso foi utilizado o Teste Q de Cochran com o objetivo de verificar a existência de diferenças significativas entre as quantidades de presenças de cada subcategoria associada a categoria analisada, considerando os 23 bancos da amostra. Os resultados do Teste Q de Cochran acima citados são exibidos na Tabela 7.

Tabela 7 — Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Estrutura de propriedade’.

N	Q de Cochran	GL	Significância	Comparação de pares de subcategorias
23	43,44	3	0,00***	Scat 3.2 difere-se da Scat 3.1 e Scat 3.4
				Scat 3.3 difere-se das demais, exceto Scat 3.2

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: N – número de observações; GL – graus de liberdade. Obs.: ¹ As descrições de Scat 3.1, Scat 3.2, Scat 3.3 e Scat 3.4 são detalhadas na Tabela 6. *** Significativo a 1%.

A Tabela 7 apresenta o resultado do Teste Q de Cochran realizado para as subcategorias da categoria ‘Estrutura de propriedade’. Para o caso tivemos 3 graus de liberdade e uma significância de 0,00, rejeitando a hipótese nula de que não há diferenças significativas entre as subcategorias analisadas. Por conseguinte, foi realizada uma análise por pares de

subcategorias e constatou-se que ‘Scat 3.2 – Identificação das partes beneficiárias’, difere-se da ‘Scat 3.1 – Menção ao controle acionário e ao direito de voto’ e da ‘Scat 3.4 – Menção a assembleia de acionistas’. Já a ‘Scat 3.3 – Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria’, difere-se das demais subcategorias, exceto a ‘Scat 3.2 – Identificação das partes beneficiárias’.

Para os resultados deste estudo a ‘Scat 3.3 - Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria’, apresentou 17,39% de presença, ao passo que se verificou no estudo de Alves e Alves (2009) o percentual de 100,00% de presença para essa subcategoria. Já ‘Scat. 3.1 - Menção ao controle acionário e ao direito de voto’, obteve o percentual de 100,00% de presença enquanto no estudo de Alves e Alves (2009) obteve-se 50,00% de presença para essa subcategoria.

A Tabela 8 apresenta os resultados da análise das subcategorias referentes à categoria ‘Estrutura organizacional’. Observa-se que para ‘Scat 4.2 - Descrição das linhas de negócios do banco’, houve presença de 100,00% dos bancos da amostra. Por sua vez, a ‘Scat 4.1 - Descrição do organograma do banco’ teve um percentual de 39,13% de presença dentre os bancos da amostra.

Tabela 8 — Subcategorias associadas à categoria ‘Estrutura organizacional’.

Subcategoria	Descrição da Subcategoria	(P)	(A)	(P%) ¹
Scat 4.1.	Descrição do organograma do banco	9	14	39,13%
Scat 4.2.	Descrição das linhas de negócios do banco	23	0	100,00%
Scat 4.3.	Identificação das subsidiárias e afiliadas do banco	18	5	78,26%
Scat 4.4.	Descrição dos comitês gestores do banco	19	4	82,61%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de Bancos com a subcategoria presente; A – Quantidade de Bancos com a subcategoria ausente; P% - Percentual de Bancos com a subcategoria presente. ¹Obs: Para a coluna P%, o percentual 100,00% corresponde a 23 bancos.

Considerando as informações da Tabela 8, realizou-se uma análise inferencial dos dados coletados. Para isso foi utilizado o Teste Q de Cochran com o objetivo de verificar a existência de diferenças significativas entre as quantidades de presenças de cada subcategoria associada a categoria analisada, considerando os 23 bancos da amostra. Os resultados do teste citado neste parágrafo são exibidos na Tabela 9.

Tabela 9 — Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Estrutura organizacional’.

N	Q de Cochran	GL	Significância	Comparação de pares de subcategorias
23	27,93	3	0,00***	Scat 4.1 difere-se das demais subcategorias

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: N – número de observações; GL – graus de liberdade. Obs.: ¹ A descrição da Scat 4.1 é detalhada na Tabela 8. *** Significativo a 1%.

Segundo resultado da significância do teste apresentado na Tabela 9, rejeita-se a hipótese de que não há diferenças significativas entre as subcategorias analisadas. Já com base na análise pós-teste que permitiu comparar pares de subcategorias, nota-se que ‘Scat 4.1 – Descrição do organograma do banco’, difere-se das demais subcategorias.

Verificou-se que ‘Scat. 4.1 - Descrição do organograma do banco’ apresentou um resultado de 39,13% de presença, por sua vez no estudo de Alves e Alves (2009) essa subcategoria apresentou 70,00% de presença. Conforme apresentado na Seção 2.2 do referencial teórico e o Quadro 3 deste estudo, ‘Scat 4.4 – Descrição dos comitês gestores do banco’ apresentou 82,61% de presença e no estudo de Alves e Alves (2009) apresentou 60,00% de presença.

A Tabela 10 apresenta os resultados da análise das subcategorias referentes à categoria ‘Incentivos’. Observa-se que a ‘Scat 5.1 - Menção a política de remuneração’, apresentou percentual de presença de 73,91% dos bancos da amostra. Por outro lado, a ‘Scat 5.3 - Identificação de bônus distribuídos’ exibiu um percentual de 13,04% de presença dentre os bancos da amostra.

Tabela 10 — Subcategorias associadas à categoria ‘Incentivos’.

Subcategoria	Descrição da Subcategoria	(P)	(A)	(P%) ¹
Scat 5.1.	Menção a política de remuneração	17	6	73,91%
Scat 5.2.	Descrição dos parâmetros de compensação de diretores, executivos e conselheiros	9	14	39,13%
Scat 5.3.	Identificação de bônus distribuídos	3	20	13,04%
Scat 5.4.	Menção a opções de ações	8	15	34,78%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de Bancos com a subcategoria presente; A – Quantidade de Bancos com a subcategoria ausente; P% - Percentual de Bancos com a subcategoria presente. ¹Obs: Para a coluna P%, o percentual 100,00% corresponde a 23 bancos.

Conforme as informações da Tabela 10, realizou-se uma análise inferencial dos dados coletados. Para isso foi utilizado o Teste Q de Cochran com o objetivo de verificar a existência

de diferenças significativas entre as quantidades de presenças de cada subcategoria associada a categoria analisada, considerando os resultados descritos na Tabela 11.

Os resultados do Teste Q de Cochran citados na Tabela 11 são exibidos para 3 graus de liberdade. A significância de 0,00 indicou rejeição da hipótese nula, de que não há diferenças entre as subcategorias analisadas. Já com base na comparação de pares de subcategorias, nota-se que ‘Scat 5.1 – Menção a política de remuneração’, difere das demais subcategorias.

Tabela 11 — Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Incentivos’.

N	Q de Cochran	GL	Significância	Comparação de pares de subcategorias
23	19,82	3	0,00***	Scat 5.1 difere-se das demais subcategorias

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: N – número de observações; GL – graus de liberdade. Obs.: ¹ A descrição da Scat 5.1 é detalhada na Tabela 10. *** Significativo a 1%.

Nota-se que ‘Scat 5.1 - Menção a política de remuneração’ obteve 73,91% de presença, enquanto no estudo de Alves e Alves (2009), citado na Seção 2.2 deste estudo, o percentual de presença desta subcategoria foi de 40,00% de presença. Adicionalmente, ‘Scat. 4.4 – Menção a opção de ações’ apresentou 34,78% de presença, enquanto essa mesma subcategoria apresentou, no estudo de Alves e Alves (2009), 20,00% de presença.

A Tabela 12 apresenta os resultados da análise das subcategorias referentes à categoria ‘Código de Conduta’. Observa-se que ‘Scat 6.1 - Menção ao código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco’, indicou percentual de presença de 82,61% dos bancos da amostra. Já ‘Scat 6.4 - Descrição da autoavaliação do Conselho de Administração a respeito de sua performance relativa ao código ou política’ não esteve presente na documentação dos bancos da amostra.

Tabela 12 — Subcategorias associadas à categoria ‘Código de Conduta’.

Subcategoria	Descrição da Subcategoria	(P)	(A)	(P%) ¹
Scat 6.1.	Menção ao código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco	19	4	82,61%
Scat 6.2.	Descrição do conteúdo de códigos de governança corporativa ou políticas de negócios	15	8	65,22%
Scat 6.3.	Descrição do processo pelo qual o código ou política é implementado	11	12	47,83%
Scat 6.4.	Descrição da autoavaliação do conselho de administração a respeito de sua performance relativa ao código ou política	0	23	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de Bancos com a subcategoria presente; A – Quantidade de Bancos com a subcategoria ausente; P% - Percentual de Bancos com a subcategoria presente. ‘Obs: Para a coluna P%, o percentual 100,00% corresponde a 23 bancos.

Com base na Tabela 12, realizou-se uma análise inferencial dos dados coletados, utilizou-se o Teste Q de Cochran com o objetivo de verificar a existência de diferenças significativas entre as quantidades de presença de cada subcategoria associada à categoria ‘Código de Conduta’, considerando os 23 bancos da amostra. Os resultados do Teste Q de Cochran acima citados são exibidos na Tabela 13.

Tabela 13 — Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Código de Conduta’.

N	Q de Cochran	GL	Significância	Comparação de pares de subcategorias
23	37,06	3	0,00***	Scat 6.1 difere da Scat 6.3
				Scat 6.4 difere-se das demais subcategorias

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: N – número de observações; GL – graus de liberdade. Obs.: ¹ As descrições de Scat 6.1, Scat 6.3 e Scat 6.4 são detalhadas na Tabela 12. *** Significativo a 1%.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 13, para 3 graus de liberdade e considerando a significância de 0,00, rejeita-se a hipótese de que não diferenças significativas entre a quantidade de subcategorias presentes. A comparação de pares de subcategorias apresentou que ‘Scat 6.1 – Menção ao código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco’ diferiu da ‘Scat 6.3 – Descrição do processo pelo qual o código ou política é implementado’ e a ‘Scat 6.4 – Descrição da autoavaliação do conselho de administração a respeito de sua performance relativa ao código ou política’ difere-se das demais subcategorias.

No estudo em questão observa-se que a ‘Scat 6.1 – Menção ao código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco’ apresentou 82,61% de presença, por sua vez no estudo de Alves e Alves (2009) essa subcategoria apresentou 50,00% de presença. Já a ‘Scat 6.4 - Descrição da autoavaliação do conselho de administração a respeito de sua performance relativa ao código ou política’ apresentou 0,00% de presença, por sua vez no estudo citado de Alves e Alves (2009) apresentou-se o percentual de 10,00% de presença.

A Tabela 14 apresenta os resultados da análise das subcategorias referentes à categoria ‘Empresas ligadas e partes relacionadas’. Observa-se que a ‘Scat 7.1 - Menção a natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas’, apresentou percentual de presença de 91,30% dos bancos da amostra. Já, a ‘Scat 7.3 - Descrição das matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse’ não esteve presente em nenhum dos bancos da amostra.

Tabela 14 — Subcategorias associadas à categoria ‘Empresas ligadas e partes relacionadas’.

Subcategoria	Descrição da Subcategoria	(P)	(A)	(P%) ¹
Scat 7.1.	Menção a natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas	21	2	91,30%
Scat 7.2.	Identificação das matérias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse	1	22	4,35%
Scat 7.3.	Descrição das matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse	0	23	0,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de Bancos com a subcategoria presente; A – Quantidade de Bancos com a subcategoria ausente; P% - Percentual de Bancos com a subcategoria presente. ¹Obs: Para a coluna P%, o percentual 100,00% corresponde a 23 bancos.

Com base nos dados exibidos na Tabela 14, realizou-se uma análise inferencial, utilizando o Teste Q de Cochran com o objetivo de verificar a existência de diferenças significativas entre as quantidades de presenças de cada subcategoria associada a categoria analisada, considerando os 23 bancos da amostra. Os resultados do Teste Q de Cochran acima citado consta da Tabela 15, indicando 2 graus de liberdade. Com base na significância de 0,00, rejeita-se a hipótese nula de que não há diferenças entre as subcategorias analisadas.

Tabela 15 — Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Empresas ligadas e partes relacionadas’.

N	Q de Cochran	GL	Significância	Comparação de pares de subcategorias
23	40,09	2	0,00***	Scat 7.1 difere-se das demais subcategorias

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: N – número de observações; GL – graus de liberdade. Obs.: ¹ A descrição das subcategorias é detalhada na Tabela 14. *** Significativo a 1%.

Consoante ao resultado do Teste Q de Cochran apresentado na Tabela 15, realizou-se a comparação por pares de subcategorias, constatando-se que a Scat 7.1 – ‘Menção a natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas’ difere das demais subcategorias.

Nota-se que a Scat 7.1 – ‘Menção a natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas’ obteve um percentual de presença de 91,30% e no estudo de Alves e Alves (2009) o percentual de presença apresentado para esta subcategoria foi 50,00%. Verifica-se, ainda, que o percentual de 0,00% de presença para a Scat 7.3 – ‘Descrição das matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse’ foi o mesmo obtido no estudo anterior de Alves e Alves (2009).

A Tabela 16 apresenta os resultados da análise das subcategorias referentes à categoria ‘Riscos’. Observa-se que a ‘Scat 8.1 - Menção aos objetivos e estratégias de gerenciamento de

riscos (inclui apetite e tolerância)’ e a ‘Scat 8.4 - Descrição das estruturas internas para gerenciamento de riscos’ apresentaram o percentual de presença de 95,65% na documentação dos bancos da amostra. Já, a ‘Scat 8.2 - Caracterização do envolvimento do conselho de administração no processo de gerenciamento de riscos’, representou o percentual de presença de 47,83% dos bancos da amostra.

Tabela 16 — Subcategorias associadas à categoria ‘Riscos’.

Subcategoria	Descrição da Subcategoria	(P)	(A)	(P%) ¹
Scat 8.1.	Menção aos objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos (inclui apetite e tolerância)	22	1	95,65%
Scat 8.2.	Caracterização do envolvimento do conselho de administração no processo de gerenciamento de riscos	11	12	47,83%
Scat 8.3.	Menção a mecanismos para disseminar a cultura de riscos para o pessoal do banco	18	5	78,26%
Scat 8.4.	Descrição das estruturas internas para gerenciamento de riscos	22	1	95,65%
Scat 8.5.	Descrição dos mecanismos de controle e mitigação relacionados ao risco	21	2	91,30%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de Bancos com a subcategoria presente; A – Quantidade de Bancos com a subcategoria ausente; P% - Percentual de Bancos com a subcategoria presente. ¹Obs: Para a coluna P%, o percentual 100,00% corresponde a 23 bancos.

Com base na Tabela 16, realizou-se uma análise inferencial dos dados coletados, utilizando o Teste Q de Cochran com o objetivo de verificar a existência de diferenças significativas entre as quantidades de presenças de cada subcategoria associada à categoria analisada, considerando os 23 bancos da amostra. Os resultados do Teste Q de Cochran acima citados são exibidos na Tabela 17, onde para 4 graus de liberdade e significância de 0,00, rejeita-se a hipótese de que não há diferenças significativas entre as subcategorias analisadas.

Tabela 17 — Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Riscos’.

N	Q de Cochran	GL	Significância	Comparação de pares de subcategorias
23	26,30	4	0,00***	Scat 8.2 difere-se das demais subcategorias

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: N – número de observações; GL – graus de liberdade. Obs.: ¹ A descrição da Scat 8.2 é detalhada na Tabela 16. *** Significativo a 1%.

Após o resultado do Teste Q de Cochran obtido na Tabela 17 realizou-se a análise de comparação por pares e foi constatado que a subcategoria 8.2 – ‘Caracterização do envolvimento do conselho de administração no processo de gerenciamento de riscos’ difere das demais subcategoria analisadas.

A categoria ‘Riscos’ foi baseada em princípios do BCBS (2015), conforme detalhado na sessão 2.2 do referencial teórico. As subcategorias Scat 8.1 e Scat 8.4 apresentaram 95,65% de presença, fato que pode estar associado à obrigatoriedade de as instituições seguirem a Resolução n.º 4.557, de 2017, descrita no Apêndice C (BRASIL, 2017). Já a Scat 8.2 apresentou percentual de presença inferior a 50,00% e diferiu-se das demais subcategorias, fato que sugere uma menor divulgação dos bancos da amostra sobre o envolvimento do Conselho de Administração no processo de gerenciamento de riscos.

A Tabela 18 apresenta os resultados da análise das subcategorias referentes à categoria ‘Outras informações’. Observa-se que a ‘Scat 9.1 - Referência aos relatórios financeiros e não financeiros’ e a ‘Scat 9.4 - Menção a regulamentação aplicável a instituição’ tiveram respectivamente o percentual de presença de 100,00% dos bancos da amostra. Já, a ‘Scat 9.3 - Divulgação de uma declaração abrangente e específica anual de governança corporativa’, representou o percentual de presença de 21,74% dos bancos da amostra.

Tabela 18 — Subcategorias associadas à categoria ‘Outras informações’.

Subcategoria	Descrição da Subcategoria	(P)	(A)	(P%) ¹
Scat 9.1.	Referência aos relatórios financeiros e não financeiros	23	0	100,00%
Scat 9.2.	Divulgação de informações relevantes em site público que apoie a área de governança	19	4	82,61%
Scat 9.3.	Divulgação de uma declaração abrangente e específica anual de governança corporativa	5	18	21,74%
Scat 9.4.	Menção a regulamentação aplicável a instituição	23	0	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de Bancos com a subcategoria presente; A – Quantidade de Bancos com a subcategoria ausente; P% - Percentual de Bancos com a subcategoria presente. ¹Obs: Para a coluna P%, o percentual 100,00% corresponde a 23 bancos.

Conforme analisado nos demais casos, realizou-se uma análise inferencial dos dados coletados utilizando o Teste Q de Cochran, com o objetivo de verificar a existência de diferenças significativas entre as quantidades de presenças de cada subcategoria associada à categoria analisada, considerando os 23 bancos da amostra.

Tabela 19 — Teste Q de Cochran - Subcategorias associadas à categoria ‘Outras informações’

N	Q de Cochran	GL	Significância	Comparação de pares de subcategorias
23	45,31	3	0,00***	Scat 9.3 difere-se das demais subcategorias

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: N – número de observações; GL – graus de liberdade. Obs.: ¹ A descrição da Scat 9.3 é detalhada na Tabela 18. *** Significativo a 1%.

Os resultados do Teste Q de Cochran são exibidos na Tabela 19. Para 3 graus de liberdade e significância de 0,00, rejeita-se a hipótese de que não há diferenças significativas

entre as subcategorias analisadas. A comparação de pares de subcategorias permite constatar que ‘Scat 9.3 – Divulgação de uma declaração abrangente e específica anual de governança corporativa’ difere das demais subcategorias analisadas.

Para a categoria ‘Outras informações’ observa-se que a Scat 9.4 – ‘Menção a regulamentação aplicável a instituição’ obteve 100,00% de presença. A respeito dessa regulamentação, verificou-se menção à Lei n.º 6.404 de 1976, Resolução n.º 4.557 de 2017 e a Circular n.º 3.678 de 2013. Todas essas regulamentações constam do ‘Apêndice D’ deste estudo. Para Scat 9.3 o percentual de presença inferior a 25,00% diferiu-se das demais subcategorias, fato que sugere uma menor divulgação dos bancos da amostra sobre uma declaração abrangente e específica anual de governança corporativa.

4.1.2 Análise por categoria

A Tabela 20 apresenta as frequências observadas em cada categoria, conforme descrito no Quadro 3. O total de subcategorias presentes associado a cada categoria foi baseado nas informações extraídas das tabelas 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17 e 19. A Tabela 20 apresenta, também, o resultado do Teste Qui-quadrado.

Tabela 20 — Frequências e Testes Qui-Quadrado – Divulgação por Categoria.

Categoria	Divulgação		Total (%)	Qui-quadrado	GL	Significância
	P (%)	A (%)				
Conselho de Administração	72 (75,00)	24 (25,00)	96 (100,00)	92,183 ^a	8	0,00***
Diretoria	63 (68,50)	29 (31,50%)	92 (100,00)			
Estrutura de propriedade	55 (59,80)	37 (40,20)	92 (100,00)			
Estrutura Organizacional	69 (75,00)	23 (25,00)	92 (100,00)			
Incentivos	37 (40,20)	55 (59,80)	92 (100,00)			
Código de Conduta	45 (48,90)	47 (51,10)	92 (100,00)			
Empresas ligadas e partes relacionadas	22 (32,40)	46 (67,60)	68 (100,00)			
Riscos	94 (81,00)	22 (19,00)	116 (100,00)			
Outras informações	70 (76,10)	22 (23,90)	92 (100,00)			

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Presenças; A – Ausência; GL – graus de liberdade. Obs: ¹Todos os requisitos para a execução dos testes Qui-Quadrado foram atendidos. *** Significativo a 1%

A hipótese nula desse teste foi a de que não havia diferenças significativas entre o percentual de presença de subcategorias associado a cada categoria. Para 8 graus de liberdade,

significância de 0,01, o resultado sugere a rejeição da hipótese nula, dessa forma, há diferenças significativas entre o percentual de presença de subcategorias associado a cada categoria apresentada na Tabela 20.

Por fim, verifica-se que a categoria ‘Riscos’ baseada em princípios recomendados em BCBS (2015), apresentou o percentual de 81,00% de presença. Adicionalmente, a análise por categorias permitiu verificar que as categorias ‘Conselho de Administração’ e ‘Estrutura Organizacional’ apresentaram percentual de presença de 75,00%. No estudo de Alves e Alves (2009) a categoria ‘Conselho de Administração’ apresentou 42,50% de presença e a categoria ‘Estrutura Organizacional’ apresentou 77,50% de presença.

4.2 Análise por grupo de bancos

Esta sessão apresenta os resultados da análise por grupo de bancos. Inicialmente, na Tabela 21 são apresentados, para os bancos da amostra, as frequências de presença e ausência e o percentual de presença de subcategorias.

Tabela 21 — Divulgação de subcategorias por banco¹.

Bancos	P	A	P (%)
B19	34	6	85,00%
B15	33	7	82,50%
B20	33	7	82,50%
B14	32	8	80,00%
B18	31	9	77,50%
B23	31	9	77,50%
B22	30	10	75,00%
B21	29	11	72,50%
B17	29	11	72,50%
B8	21	11	65,63%
B5	19	13	59,38%
B4	19	13	59,38%
B2	19	13	59,38%
B11	18	14	56,25%
B1	17	15	53,13%
B12	21	19	52,50%
B16	21	19	52,50%
B6	16	16	50,00%
B13	20	20	50,00%
B7	15	17	46,88%
B10	14	18	43,75%
B9	13	19	40,63%
B3	12	20	37,50%

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: P – Quantidade de subcategorias presentes; A – Quantidade de subcategorias ausentes; P% - Percentual de subcategorias presentes. Obs.: 1. A Tabela está ordenada pelo percentual de presença das subcategorias, apresentado por cada banco em ordem decrescente. 2. Em cada linha, 100% corresponde ao total de subcategorias presentes e ausentes.

A Tabela 22 apresenta os resultados da análise descritiva para o percentual de presença de subcategorias apresentados na Tabela 20. O percentual médio de presença e a moda para os bancos da amostra foram, respectivamente, 62,26% e 59,38%. O coeficiente de variação foi 0,24.

Tabela 22 — Análise descritiva - divulgação de subcategorias por Bancos.

N	23
Média	62,26%
Moda	59,38%
DP	14,76%
Mín.	37,50%
Máx.	85,00%
1º Quartil	50,00%
2º Quartil	59,38%
3º Quartil	77,50%
CV	0,24

Fonte: Dados da pesquisa. Legenda: N – número de observações; DP – Desvio padrão; Mín. – Mínimo; Max. – Máximo; CV – Coeficiente de variação.

Para verificar se a normalidade da distribuição dos percentuais de presença de subcategorias por bancos, apresentados na Tabela 21, realizou-se o Teste Shapiro-Wilk. A hipótese nula desse teste foi a de que a amostra apresentava uma distribuição normal e a hipótese alternativa era a de que a amostra não apresentava uma distribuição normal. A Tabela 23 apresenta os resultados da aplicação desse teste.

Tabela 23 — Resultados do Teste Shapiro-Wilk – P (%) – Percentual de Presença de subcategorias.

Estatística	GL	Sig.
0,94	23	0,15

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: gl é o grau de liberdade, sig. é a significância.

Com os resultados apresentados na Tabela 23, observa-se que para uma estatística de 0,94 e com uma significância de 0,15. Como a significância é maior que 0,05 não se rejeita a hipótese nula, concluindo que a distribuição dos dados relativos ao percentual de presença de subcategorias é normal. Essa informação, a respeito da normalidade da distribuição, será útil nas subseções 4.2.2 e 4.2.3 deste estudo.

4.2.1 Análise por tipo de controle

A Tabela 24 exibe a distribuição do percentual de subcategorias presentes segmentando pelo tipo de controle dos bancos da amostra, conforme apresentado na Tabela 1 da metodologia. Para isso, observaram-se as frequências de presenças e ausências de subcategorias divulgadas pelos bancos com controle nacional e com controle estrangeiro.

Tabela 24 — Frequências e Testes Qui-Quadrado – Divulgação por Tipo de Controle.

Tipo de Controle	P (%)	A (%)	Total (%)	Qui-quadrado	GL	Significância
Controle Estrangeiro	200 (53,19)	176 (46,81)	376 (100,00)	30,44 ¹	1	0,00***
Controle Nacional	327 (71,71)	129 (28,29)	456 (100,00)			

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: Legenda: P – Quantidade de subcategorias presentes; A – Quantidade de subcategorias ausentes; P% - Percentual de subcategorias presentes; A% - Percentual de subcategorias ausentes; GL – graus de liberdade; Sig. - Significância. 1. Obs: Todos os requisitos para a execução dos testes Qui-Quadrado foram atendidos. Resultados apresentados com correção de continuidade para tabelas 2 x 2. *** Significativo a 1%.

A Tabela 24 apresenta, também, o resultado de Teste Qui-quadrado. A hipótese nula desse teste foi a de que não havia diferenças significativas entre o percentual de subcategorias presentes de bancos com controle nacional e de bancos com controle estrangeiro. A hipótese alternativa foi a de que essas diferenças eram significativas. Os resultados desse teste revelaram uma estatística de 30,44 para 1 grau de liberdade e significância de 0,00. Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula de que não há diferenças significativas entre os bancos segundo o tipo de controle.

A variável tipo de controle serviu, neste estudo para contrastar os bancos da amostra. O percentual de subcategorias presentes para bancos com controle nacional foi 71,71% e o percentual de subcategorias presentes para bancos com controle estrangeiro foi 53,19%. Conforme citado na Seção 2.2 da revisão teórica, todos os bancos, independentemente do seu tipo de controle, devem divulgar informações a respeito de sua governança corporativa conforme os princípios recomendados pelo BCBS que foram citados no ‘Apêndice A’.

4.2.2 Análise segundo o porte

A Tabela 25 apresenta a análise descritiva para o porte de todos os bancos da amostra. Os valores correspondentes ao porte de cada banco foram obtidos a partir da Tabela 1 da metodologia. Os resultados da análise descritiva da variável porte constam da Tabela 24 e mostraram o coeficiente de variação de 28,14.

Tabela 25 — Análise descritiva – Porte.

N	23,00
Média	17.807.442,00 ¹
Moda	37.973,00 ¹
DP	501.190.376,70 ¹
Mín.	37.973,00 ¹
Máx.	1.496.641.072,00 ¹
1º Quartil	4.043.035,00 ¹
2º Quartil	17.969.992,00 ¹
3º Quartil	78.925.582,00 ¹
CV	28,14

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: N – número de observações; DP – Desvio padrão; Mín. – Mínimo; Max. – Máximo; CV – Coeficiente de variação. 1 - Obs: valores em milhares.

Para comparar o nível de divulgação da governança corporativa segundo o porte, efetuou-se, inicialmente, o Teste Shapiro-Wilk com a finalidade de verificar a normalidade ou não da distribuição de valores para o porte dos bancos. Os resultados apresentados na Tabela 26 mostram uma significância de 0,00, rejeitando-se a hipótese nula. Assim, a distribuição dos valores da variável porte não é normal.

Tabela 26 — Resultados do Teste Shapiro-Wilk – Porte.

Estatística	GL	Sig.
0,58	23	0,00***

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: GL é o grau de liberdade, Sig. é a significância; ***significativo a 1%.

Embora com base na Tabela 23 tenha sido constatada a normalidade da distribuição do percentual de presença de subcategorias, constatou-se conforme a Tabela 26 que a distribuição de valores para a variável porte não foi normal. Dessa forma, será utilizado o teste de correlação de Spearman que, conforme Field (2009) é utilizado quando os dados violam os requisitos da estatística paramétrica, como por exemplo a distribuição normal.

Na Tabela 27 é apresentado o teste de correlação de Spearman para testar a correlação entre o percentual de subcategorias presentes e a variável Porte.

Tabela 27 — Correlação de Spearman considerando o percentual de subcategorias presentes e o porte.

Coefficiente de correlação	0,82
Sig.	0,00***
N	23

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: Sig. é a significância, N é o número de bancos considerados. *** significativo a 1%.

Com base na Tabela 27, nota-se um coeficiente de correlação igual a 0,82 e uma significância de 0,00. Dessa forma, rejeita-se a hipótese nula de que não há diferenças significativas entre o percentual de subcategorias presentes e o porte e P (%) ao nível de significância de 1%. Tendo como base os dados da Tabela 27, apura-se uma correlação positiva entre as variáveis, para o total de 23 bancos da amostra.

Reafirmando os resultados obtidos na Tabela 27, nota-se que há correlação positiva entre o porte e o percentual de presença de subcategorias, ou seja, quanto maior o porte do banco mais divulgará características de sua governança corporativa. Estudos anteriores, apesar de não tratarem das características de governança corporativa da forma realizada neste estudo, já haviam analisado a existência de tal associação, como o caso de Dantas *et al.* (2010) e Oliveira e Alves (2016).

4.2.3 Análise considerando a taxa de juros dos bancos

A Tabela 28 apresenta os resultados da análise descritiva para a taxa de juros anual, conforme apresentada na Tabela 1 da metodologia. A média e moda para todos os bancos da amostra corresponde, respectivamente, a 19,37% e 10,27%. O coeficiente de variação corresponde a 0,38.

Tabela 28 — Análise descritiva – Taxa de juros¹.

N	23
Média	19,37%
Moda	10,27%
DP	7,36%
Mín.	10,27%
Máx.	37,98%
1º Quartil	15,27%
2º Quartil	19,37%
3º Quartil	24,77%
CV	0,38

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: N – número de observações; DP – Desvio padrão; Mín. – Mínimo; Max. – Máximo; CV – Coeficiente de variação. 1.Observação: Taxa de juros na modalidade de aquisição de veículos para pessoa física em percentual ao ano.

Para testar a normalidade da variável taxa de juros, aplicou-se novamente o teste Shapiro-Wilk. A Tabela 29 apresenta os resultados correspondentes a uma estatística de 0,93 e significância de 0,13 para os 23 bancos da amostra, indicando que a distribuição é normal.

Tabela 29 — Resultados do Teste Shapiro-Wilk - Taxa de Juros a.a.

Estatística	GL	Sig.
0,93	23	0,13

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: gl é o grau de liberdade, sig. é a significância.

Com base no resultado da Tabela 29, buscando verificar a associação entre o percentual de subcategorias presentes e a taxa de juros, realizou-se o teste de correlação de Pearson, atendendo ao requisito de que os dados devem ser normalmente distribuídos (FIELD, 2009). A Tabela 30 apresenta o resultado do teste, indicando um coeficiente de correlação de 0,28 e significância de 0,20 para os 23 bancos da amostra. Com base nesses resultados, constata-se uma correlação positiva entre o percentual de presença de subcategorias e a taxa de juros a.a., mas a significância de 0,20 indica que essa correlação não foi significativa, no nível de 5%.

Tabela 30 — Correlação de Pearson considerando o P (%) – Percentual de presenças de subcategorias e Taxa de Juros a.a.

Coeficiente de correlação	0,28
Sig.	0,20
N	23

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: Sig. é significância, N é o número de bancos considerados. * significativo a 5%.

Por fim, não houve associação entre o percentual de subcategorias presentes e a taxa de juros. Assim, o maior nível de divulgação da governança corporativa não esteve condicionado à taxa de juros praticada pelos bancos da amostra. Com base na revisão teórica, a exemplo de estudo de Korontai (2016), poderia ser esperado que bancos mais comprometidos com a divulgação a respeito da sua governança corporativa tivessem um risco menor e um custo mais baixo de crédito, mas tal fato não se comprovou com base nos achados desta pesquisa.

5 CONCLUSÃO

Este capítulo apresenta a conclusão e recomendações referentes a essa pesquisa, cujo objetivo foi investigar o nível de divulgação da governança corporativa em bancos que atuam no segmento de aquisição de veículos no Brasil, segundo recomendações do Comitê da Basileia. O estudo baseou-se em uma análise descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Para viabilizar a pesquisa foi necessário realizar a análise de conteúdo de estatutos, relatórios de riscos e relatórios financeiros dos 23 bancos da amostra. Com a finalidade de atingir o objetivo geral proposto, buscou-se atender a cada objetivo específico conforme descrito na sequência.

O primeiro objetivo específico foi identificar categorias e subcategorias utilizadas para avaliar o nível de divulgação da governança corporativa segundo as recomendações da Basileia. Esse objetivo foi alcançado através do Quadro 3 presente na Seção 2.2 do referencial teórico. O quadro possui 9 categorias e 40 subcategorias que foram baseadas no quadro proposto por Alves e Alves (2009) e especialmente em princípios de governança corporativa do BCBS (2015).

O segundo objetivo específico foi analisar o nível de divulgação da governança corporativa de cada banco da amostra, com base nas categorias e subcategorias identificadas. A primeira parte desse objetivo foi respondida na Seção 4.1, na qual foram apresentadas as tabelas 2 a 19 a respeito da análise das subcategorias presentes em cada categoria para todos os bancos da amostra. Em todos os casos, houve diferenças entre o percentual de presença de subcategorias associadas a uma categoria.

Ainda com relação ao segundo objetivo específico, a Seção 4.1.2 abordou a análise por categoria. Os resultados indicaram que o percentual de presença por categoria não foi uniforme. A categoria ‘Riscos’ apresentou o percentual de 81,00% de presença. Adicionalmente, as categorias ‘Conselho de Administração’ e ‘Estrutura Organizacional’ apresentaram percentual de presença de 75,00%, sendo possível comparar os percentuais dessas duas últimas categorias com o estudo anterior de Alves e Alves (2009).

O terceiro objetivo específico foi comparar o nível de divulgação da governança corporativa em bancos de controle nacional e bancos de controle estrangeiro. Esse objetivo foi alcançado na Seção 4.2.1. Houve diferenças significativas entre o percentual de subcategorias presentes de bancos de controle nacional (71,71%) e o percentual de subcategorias presentes de bancos com controle estrangeiro (53,19%).

O quarto objetivo foi comparar o nível de divulgação da governança corporativa entre os bancos de acordo com o porte. Com base em dados da Tabela 25 apurou-se uma correlação

positiva de 0,82 e significativa no nível de 1%, indicando que quanto maior o porte mais o banco divulga informações a respeito da sua governança corporativa. Estudos anteriores já, apesar de não apresentarem o mesmo objetivo deste trabalho, chegaram a resultado similar ao deste estudo.

O quinto objetivo específico foi verificar a associação entre o nível de divulgação da governança corporativa e as taxas de juros ofertadas pelos bancos da amostra para aquisição de veículos. A partir de dados exibidos na Seção 4.2.3 e em especial da Tabela 30, apurou-se um coeficiente de correlação de 0,28 que não foi significativo. O resultado obtido não corrobora a afirmação de que quanto maior o comprometimento do banco com a governança, menor seria a taxa de juros ofertada pelo banco.

A partir do alcance dos objetivos específicos foi possível responder o objetivo geral. Considerando as subcategorias aplicáveis ao estudo, o nível de divulgação da governança corporativa dos bancos do segmento de aquisição de veículos apresentou um percentual médio de subcategorias presentes de 62,26%. Tal percentual não se distribuiu uniformemente entre as subcategorias e as categorias. A categoria ‘Riscos’ apresentou percentual de presença de 81,00%. Já a categoria ‘Empresas Ligadas e Partes Relacionadas’ apresentou um percentual de presença de 32,40%. Em adição, o percentual de subcategorias presentes na documentação de bancos de controle nacional (71,71%) superou o percentual de presença de bancos de controle estrangeiro (53,19%). Em complemento, demonstrou-se relação significativa e positiva entre o percentual de subcategorias presentes e o porte, mas não houve relação significativa entre o percentual de subcategorias presentes e a taxa de juros praticada pelos bancos da amostra.

Este estudo se propôs a fazer uma revisão teórica sobre a governança de bancos, através do Quadro 3, revisto e atualizado, baseado em especial em princípios de governança corporativa atualizados até 2015 pelo BCBS, poderá ser usado em outras pesquisas. Além disso, o estudo buscou contribuir para melhor entender características de governança corporativa pertinentes a bancos do segmento de aquisição de veículos.

Com uma população de 43 bancos e uma amostra de 23 bancos, a pesquisa apresentou dificuldades para a coleta de dados, como os estatutos nos sites dos bancos e juntas comerciais e demais documentos, delimitando os achados aos dados dos bancos que estiveram acessíveis no período do estudo.

Esta pesquisa também pode auxiliar os bancos a identificarem a importância da divulgação da governança corporativa e subsidiar uma melhor avaliação do tema por *stakeholders*. E ainda com os resultados dessa pesquisa espera-se contribuir para reflexões de acadêmicos, gestores dos bancos, clientes, reguladores como o Banco Central do Brasil - BCB,

Comissão de Valores Mobiliários - CVM e BCBS, associações de bancos do segmento, concessionárias de veículos.

Assim como foi realizado nesse estudo, sugere-se para estudos futuros a pesquisa considerando outros períodos de análise com a finalidade de verificar a evolução do segmento quando analisado sob a ótica da governança corporativa. Mais especificamente, verificar o comportamento das categorias ‘Empresas ligadas e partes relacionadas’, ‘Incentivos’ e ‘Código de Conduta’ em períodos diferentes para confrontar com os resultados encontrados neste estudo.

Por fim, a comparação entre a taxa de juros e o nível de divulgação da governança corporativa também é importante ser estudada em outros trabalhos, por exemplo, para verificar se bancos de outros segmentos apresentarão um resultado da relação entre taxas de juros e nível de divulgação da governança corporativa semelhante ao apresentado nesse estudo.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. A. D. M; ALVES, N. T. H. Análise do nível de divulgação da governança corporativa segundo recomendações do Comitê da Basileia: um estudo em bancos privados e públicos brasileiros. **Revista Universo Contábil**, SC, v. 5, n. 1, p. 06-21, nov./2008. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universo_contabil/article/view/1076>. Acesso em: 10 ago. 2019.

ARÁUJO, A. M. H. B. D; MENDES, P. C. D. M; LUSTOSA, P. R. B. Governança corporativa no Brasil: contraste de práticas entre instituições financeiras e instituições não financeiras. **Revista Universo Contábil: subtítulo da revista, Blumenau**, v. 2, n. 8, p. 64-83, jun./2012. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2519/1945>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

BARDIN, Laurence; **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BCB. Banco Central do Brasil. **Circular nº 3.678, de 31 de outubro de 2013**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2013/pdf/circ_3678_v2_P.pdf>. Acesso em 14 mar. 2020.

BCB. Banco Central do Brasil. **Circular nº 3.870, de 19 de dezembro de 2017**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50493/Circ_3870_v1_O.pdf>. Acesso em: 17 fev.2020.

BCB. Banco Central do Brasil. **Recomendações de Basileia**. [2019a]. <<https://www.bcb.gov.br/estabilidade financeira/recomendacoesbasileia>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório If. Data**. [2019b]. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/ifdata/#>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

BCB. Banco Central do Brasil. **Pessoa Física - Aquisição de veículos**. [2019c]. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reporttxjueros/?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FTaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais-Historico.rdl&nome=Hist%C3%B3rico%20Posterior%20a%2001%2F01%2F2012&exibeparametros=tru>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BCB. Banco Central do Brasil. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Volume 18. Número 2. Outubro 2019d. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards**, Bank for International Settlements, July 1988. Disponível em: <<https://www.bis.org/publ/bcbs118.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations**, Bank for International Settlements, September 1999. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/BCBS_56.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Enhancing Corporate Governance for Banking Organizations**, Bank for International Settlements, October 2006. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/BCBS_176.htm>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Principles for enhancing corporate governance**, Bank for International Settlements, October 2010. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/BCBS_176.htm>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Basel III: A global regulatory framework for more resilient banks and banking systems**, Bank for International Settlements, December 2010. Disponível em: <<https://www.bis.org/publ/bcbs189dec2010.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BCBS. BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Corporate governance principles for banks**, Bank for International Settlements, October 2015. Disponível em: <<https://www.bis.org/BCBS/publ/d328.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

BERLE, Adolf; MEANS, Gardiner; **The Modern Corporation and Private Property**. New York: Macmillan: Transaction Publishers, 1932.

BRASIL. Ministério da Economia Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Setor Automotivo**. 2019. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/competitividade-industrial/setor-automotivo>>. Acesso em: 21 ago. 19.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7730.htm>. Acesso em: 14. mar. 2020.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res2099v1O.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2020.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/49006/Res_4193_v1_O.pdf>. Acesso em: 14. mar. 2020.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50344/Res_4557_v1_O.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução nº 4.636, de 22 de fevereiro de 2018**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50532/Res_4636_v1_O.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. **Resolução nº 4.656, de 26 de abril de 2018.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50579/Res_4656_v1_O.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

B3. Brasil Bolsa Balcão. B3 – **Segmentos de Listagem.** Disponível em: <<http://www.b3.com.br/pt-br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem/>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

CAPRIO, G; LEVINE, R. **Corporate governance in finance: Concepts and international observations. Financial sector governance: The roles of the public and private sectors**, p. 17-50, 2002. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.19.254&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

CARVALHO, A. G. D. **Governança corporativa no Brasil em perspectiva.** Revista de Administração: RAUSP, São Paulo, v. 37, n. 3, p. 19-32, set./2002. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/16656/governanca-corporativa-no-brasil-em-perspectiva/i/pt-br>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

COIMBRA, F. C. **Estrutura de governança corporativa e gestão de riscos: um estudo de casos no setor financeiro.** 2011. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/T.12.2011.tde-16082011-132703. Acesso em: 22 dez. 2019.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Deliberação CVM nº 642, de 7 de outubro de 2010.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anejos/0600/deli642.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

DANTAS, J. A.; RODRIGUES, F. F.; RODRIGUES, J. M.; CAPELLETTO, L. R. Determinantes do grau de evidenciação de risco de crédito pelos bancos brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo**, v. 21, n. 52, jan./ abr. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34307/37039>> Acesso em: 21 set. 2019.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS, **Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas.** 07-14 ago. 2019. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa%20FEBRABAN%20de%20Economia%20Banc%C3%A1ria%20e%20Expectativas%20-%20Agosto%20de%202019.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

FIELD, A. **Descobrimdo a estatística usando o SPSS**, 2ª edição, 2009. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4320753/modresource/content/1/2011Field%20%28completo%29Descobrimdo%20a%20estati%CC%81stica%20com%20SPSS.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

FILHO, C.A.P.M. **Responsabilidade social e governança: o debate e as implicações.** São Paulo: Ed. Thomson, 2006.

FORTUNA, E.L.P. **A Governança Corporativa no Sistema Bancário – Uma Visão Orientada aos Depositantes, Credores e à Sociedade.** Tese (Doutorado em Administração) -

Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=10522>. Acesso em: 22 dez. 2019.

FREEMAN, R.E, **A Stakeholder Approach to Strategic Management**. University of Virginia, 1984. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228320877_A_Stakeholder_Approach_to_Strategic_Management>. Acesso em: 03 dez. 2019.

GONTIJO, C. **Raízes da crise financeira dos derivativos subprime**. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Faculdade de Ciências Econômicas, 2007. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20342.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

IBGC. INSTITUTO BRASILEIRO GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**, 5. ed. 2015. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4382648/mod_resource/content/1/Livro_Codigo_Melhores_Praticas_GC.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

JENSEN, M. C.; MECKLING. W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, Oct. 1976.

KORONTAI, J.N. **Governança corporativa dos bancos e sua relação com indicadores de desempenho e risco**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade. Defesa: Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.prppg.ufpr.br/ppgcontabilidade/wp-content/uploads/2015/05/dissertao-completa-para-biblioteca-ufpr-ilovepdf-compressed.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

LANZANA, A.P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. doi:10.11606/D.12.2004.tde-11022005-094807. Acesso em: 30 ago. 2019.

MAROCO, J. **Análise Estatística com Utilização do SPSS**. 3. ed. Edições Sílabo, 2007. Disponível em: <<https://www.wook.pt/livro/analise-estatistica-com-utilizacao-do-spss-joao-maroco/194520>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

MEDEIROS, A.L; BARBOSA, J.A; LOPES, N.P. O efeito da taxa SELIC nas taxas de juros bancários do Brasil entre o período de 2011 a 2019. **Revista da FAESF**, vol. 2, n. 3. P. 4-11, setembro/2019. Disponível em: <<http://faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/view/90>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Principles of Corporate Governance**. 1999. Disponível em: <[https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN\(99\)6&docLanguage=En](https://www.oecd.org/officialdocuments/publicdisplaydocumentpdf/?cote=C/MIN(99)6&docLanguage=En)>. Acesso em: 13 ago. 2019.

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Principles of Corporate Governance**. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/corporate/ca/corporategovernanceprinciples/31557724.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2019.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Princípios de Governo das Sociedades do G20 e da OCDE**, Éditions OCDE, Paris, 2015. <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264259195-pt>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

OLIVEIRA, M.L; ALVES, C. A. D. M. **Governança Corporativa e Remuneração de Administradores: análise considerando porte, tipo de controle e tipo de listagem de bancos no Brasil**. Universitas: Gestão e TI, v. 6, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/gti/article/view/3872/3056>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

ROGERS, P; RIBEIRO, S.K.C. **Mecanismos de Governança Corporativa no Brasil: evidências do controle pelo mercado de capitais**. Contextus—Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 4, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/contextus/article/view/32076>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ROSSETI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana; **Governança Corporativa: Fundamentos, Desenvolvimento e Tendências**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SIEGEL, S; CASTELLAN, J. N. J. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2007.

SILVEIRA, A.D.M. **Governança corporativa e estrutura de propriedade: determinantes e relação com o desempenho das empresas no Brasil**. 2004. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-23012005-200501/pt-br.php>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

APÊNDICE A – Princípios De Governança Corporativa Em Bancos

Princípios	Descrição
I	O conselho tem responsabilidade geral pelo banco, incluindo a aprovação, implementação e supervisão da administração dos objetivos estratégicos, estrutura de governança e cultura corporativa.
II	Os membros do conselho devem ser e permanecer qualificados, individual e coletivamente, para seus cargos. Eles devem entender seu papel de supervisão e governança corporativa e ser capazes de exercer julgamento sólido e objetivo sobre os negócios do banco.
III	O conselho deve definir estruturas e práticas de governança apropriadas para seu próprio trabalho, e estabelecer os meios para que tais práticas sejam seguidas e revisadas periodicamente.
IV	Em uma estrutura de grupo, o conselho da controladora tem a responsabilidade geral pelo grupo e, garantir o estabelecimento e operação de uma estrutura clara de governança apropriada para a estrutura, negócios e riscos do grupo e de suas entidades. O conselho e a alta administração devem conhecer e entender a estrutura organizacional do grupo do banco e os riscos que ele representa.
V	Sob a direção e supervisão do conselho, a alta administração deve executar e gerenciar atividades do banco de maneira consistente com a estratégia de negócios, apetite ao risco, remuneração e outras políticas aprovadas pelo conselho.
VI	Os bancos devem ter uma função eficaz de gerenciamento de risco independente, sob a direção de um diretor de risco (CRO), com estatuta, independência, recursos e acesso suficientes ao conselho.
VII	Os riscos devem ser identificados, monitorados e controlados de maneira contínua, individual e em todo o banco. A sofisticação da infraestrutura de gerenciamento de riscos e controle interno do banco deve acompanhar as mudanças no perfil de risco, no cenário de risco externo e em prática da indústria.
VIII	Uma estrutura eficaz de governança de risco requer comunicação interna robusta sobre risco e comunicação por meio de relatórios ao conselho e à gerência sênior.
IX	O Conselho de Administração do banco é responsável por supervisionar a administração do banco. O conselho deve estabelecer uma função de compliance e aprovar as políticas e processos para identificar, avaliar, monitorar, relatar e aconselhar sobre riscos de compliance.
X	A função de auditoria interna deve fornecer garantia independente ao conselho e deve apoiar o conselho e alta administração na promoção de um processo de governança eficaz e solidez do banco em longo prazo.
XI	A estrutura de remuneração do banco deve apoiar uma boa governança corporativa e riscos gestão.
XII	A governança do banco deve ser transparente para seus acionistas, depositantes, outras partes interessadas e participantes do mercado relevantes.
XIII	Os supervisores devem fornecer orientação e supervisionar a governança corporativa nos bancos, inclusive através de avaliações abrangentes, interação regular com conselhos e alta administração, deve exigir melhorias e ações corretivas, conforme necessário, e por fim compartilhar informações sobre governança corporativa com outros supervisores.

Fonte: Adaptado de BCBS (2015).

APÊNDICE B – Testes Estatísticos

Nome do Teste	Descrição
Shapiro-Wilk	O teste de Shapiro-Wilk testa se um conjunto de variáveis tem distribuição normal ou não.
Q de Cochran	O teste serviu para verificar o grau de associação entre o percentual de presença das subcategorias de uma mesma categoria.
Qui-Quadrado	É um teste de hipóteses que tem como foco verificar a dispersão entre duas variáveis categóricas nominais e analisar a associação entre variáveis qualitativas.
Correlação de Pearson	O teste de correlação de Pearson é um teste estatístico paramétrico que pode ser utilizado quando as variáveis têm distribuição normal.
Correlação de Spearman	O teste de correlação de Spearman é um teste estatístico não paramétrico que pode ser utilizado quando os dados violarem variáveis paramétricas, como por exemplo, dados não normais.

Fonte: Adaptado de Siegel e Castellan (2006) e Field (2009).

APÊNDICE C – Normas Relacionadas À Governança Em Bancos

Norma	Descrição
Resolução n.º 4.636, de 22 de fevereiro de 2018	Estabelece critérios e condições para a divulgação, em notas explicativas, de informações sobre partes relacionadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976	Dispõe sobre as Sociedades por Ações.
Deliberação CVM n.º 642, de 7 de outubro de 2010	Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) sobre divulgação de partes relacionadas.
Resolução n.º 4.557, de 23 de fevereiro de 2017	Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.
Lei n.º 7.730, de 31 de janeiro de 1989	Institui o cruzado novo, determina congelamento de preços, estabelece regras de desindexação da economia e dá outras providências.
Resolução n.º 4.193, de 1 de março de 2013	Dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.
Circular n.º 3.678, de 31 de outubro de 2013	Dispõe sobre a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR).
Resolução n.º 4.656, de 26 de abril de 2018	Dispõe sobre a sociedade de crédito direto e a sociedade de empréstimo entre pessoas, disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica e estabelece os requisitos e os procedimentos para autorização para funcionamento, transferência de controle societário, reorganização societária e cancelamento da autorização dessas instituições.
Circular n.º 3.870, de 19 de dezembro de 2017	Dispõe sobre o fornecimento de informações relativas a operações de crédito ao Sistema de Informações de Créditos (SCR), de que trata a Resolução n.º 4.571, de 26 de maio de 2017.

Fonte: BCB (2020) e CVM (2020)

APÊNDICE D – Resultado Da Análise De Conteúdo

Categorias	Subcategorias	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8	B9	B10	B11	B12	B13	B14	B15	B16	B17	B18	B19	B20	B21	B22	B23	Presentes	(P%) por linha
Cat 1	Scat 1.1.	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	8	66,67%
	Scat 1.2.	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	100,00%
	Scat 1.3.	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	100,00%
	Scat 1.4.	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	100,00%
	Scat 1.5.	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	9	75,00%
	Scat 1.6.	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	7	58,33%
	Scat 1.7.	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
	Scat 1.8.	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12	100,00%
Cat 2	Scat 2.1.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	100,00%
	Scat 2.2.	0	1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	78,26%
	Scat 2.3.	1	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	14	60,87%
	Scat 2.4.	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1	1	8	34,78%
Cat 3	Scat 3.1.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	100,00%
	Scat 3.2.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	7	30,43%
	Scat 3.3.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	1	4	17,39%
	Scat 3.4.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	21	91,30%
Cat 4	Scat 4.1.	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	9	39,13%
	Scat 4.2.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	100,00%
	Scat 4.3.	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	18	78,26%
	Scat 4.4.	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	19	82,61%
Cat 5	Scat 5.1.	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	17	73,91%
	Scat 5.2.	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	1	0	9	39,13%
	Scat 5.3.	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	13,04%
	Scat 5.4.	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	8	34,78%
Cat 6	Scat 6.1.	1	0	0	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	82,61%
	Scat 6.2.	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	15	65,22%
	Scat 6.3.	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	11	47,83%
	Scat 6.4.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Cat 7	Scat 7.1.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	21	91,30%
	Scat 7.2.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	4,35%
	Scat 7.3.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
Cat 8	Scat 8.1.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22	95,65%
	Scat 8.2.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	11	47,83%
	Scat 8.3.	0	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	18	78,26%
	Scat 8.4.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	22	95,65%
	Scat 8.5.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	21	91,30%
Cat 9	Scat 9.1.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	100,00%
	Scat 9.2.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	19	82,61%
	Scat 9.3.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	5	21,74%
	Scat 9.4.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	23	100,00%
% por coluna		53,13%	59,38%	37,50%	59,38%	59,38%	50,00%	46,88%	65,63%	40,63%	43,75%	56,25%	52,50%	50,00%	80,00%	82,50%	52,50%	72,50%	77,50%	85,00%	82,50%	72,50%	75,00%	77,50%		

Fonte: dados da pesquisa.

Legenda: 1- presente; 0 – Ausente; NA – Não se aplica; Cat 1 - Conselho de Administração; Cat. 2 – Diretoria; Cat. 3 - Estrutura de propriedade; Cat. 4 - Estrutura organizacional; Cat. 5 – Incentivos; Cat. 6 - Código de Conduta; Cat. 7 - Empresas ligadas e partes relacionadas; Cat. 8 – Riscos; Cat. 9 - Outras informações; Scat 1.1 - Descrição do regimento interno; Scat 1.2 - Menção ao tamanho do conselho; Scat 1.3 - Identificação dos componentes do conselho; Scat 1.4. - Descrição do processo de seleção dos conselheiros; Scat 1.5 - Menção às qualificações dos conselheiros; Scat 1.6 - Descrição dos critérios de independência dos conselheiros; Scat 1.7 - Interesses materiais em transações ou outros assuntos que afetem o banco; Scat 1.8 - Identificação de responsabilidades do conselho; Scat 2.1 - Descrição das responsabilidades da diretoria; Scat 2.2 - Menção a quem a diretoria deve reportar-se; Scat 2.3 - Descrição das qualificações dos diretores; Scat 2.4 - Descrição da experiência dos diretores; Scat 3.1 - Menção ao controle acionário e ao direito de voto; Scat 3.2 - Identificação das partes beneficiárias; Scat 3.3 - Participação majoritária de acionistas no conselho de administração ou diretoria; Scat 3.4 - Menção a assembleia de acionistas; Scat 4.1 - Descrição do organograma do banco; Scat 4.2 - Descrição das linhas de negócios do banco; Scat 4.3 - Identificação das subsidiárias e afiliadas do banco; Scat 4.4 -Descrição dos comitês gestores do banco; Scat 5.1 - Menção a política de remuneração; Scat 5.2 - Descrição dos parâmetros de compensação de diretores, executivos e conselheiros; Scat 5.3 - Identificação de bônus distribuídos; Scat 5.4 - Menção a opções de ações; Scat 6.1 - Menção ao código de conduta, código de ética ou políticas de negócios do banco; Scat 6.2 - Descrição do conteúdo de códigos de governança corporativa ou políticas de negócios; Scat 6.3 - Descrição do processo pelo qual o código ou política é implementado; Scat 6.4.- Descrição da autoavaliação do conselho de administração a respeito de sua performance relativa ao código ou política; Scat 7.1 - Menção a natureza e extensão das transações com empresas ligadas e partes relacionadas; Scat 7.2 - Identificação das matérias em relação às quais os membros do conselho de administração têm interesse; Scat 7.3 - Descrição das matérias em relação às quais os membros da diretoria têm interesse; Scat 8.1 - Menção aos objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos (inclui apetite e tolerância); Scat 8.2 - Caracterização do envolvimento do conselho de administração no processo de gerenciamento de riscos; Scat 8.3 - Menção a mecanismos para disseminar a cultura de riscos para o

peçoal do banco; Scat 8.4 -Descrição das estruturas internas para gerenciamento de riscos; Scat 8.5 - Descrição dos mecanismos de controle e mitigação relacionados ao risco; Scat 9.1 - Referência aos relatórios financeiros e não financeiros; Scat 9.2 - Divulgação de informações relevantes em site público que apoie a área de governança; Scat 9.3 - Divulgação de uma declaração abrangente e específica anual de governança corporativa; Scat 9.4 - Menção a regulamentação aplicável a instituição.